

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO  
CURSO DE JORNALISMO

PAULO EDUARDO DA SILVA CARVALHO

**JANELAS DE ACESSIBILIDADE**  
**Guia sobre a surdez para jornalistas ouvintes**

Produto Jornalístico

Mariana  
2022

PAULO EDUARDO DA SILVA CARVALHO

## **JANELAS DE ACESSIBILIDADE**

### **Guia sobre a surdez para jornalistas ouvintes**

Memorial descritivo de produto jornalístico apresentado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Frederico de Mello Brandão Tavares

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C331j Carvalho, Paulo Eduardo da Silva.  
Janelas de Acessibilidade [manuscrito]: guia sobre a surdez para  
jornalistas ouvintes. / Paulo Eduardo da Silva Carvalho. - 2022.  
66 f.

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Mello Brandão Tavares.  
Produção Científica (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro  
Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Acessibilidade Comunicacional. 2. Deficiência física. 3. Desenho  
Universal. 4. Jornalismo. 5. Pessoas com deficiência. 6. Surdez. I. Tavares,  
Frederico de Mello Brandão. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III.  
Título.

CDU 070.11

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador  
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Paulo Eduardo da Silva Carvalho**

**JANELAS DE ACESSIBILIDADE:  
Guia sobre a surdez para jornalistas ouvintes**

Produto Experimental apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo

Aprovado em 26 de outubro de 2022.

### Membros da banca

Prof. Dr. Frederico de Mello Brandão Tavares - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Profa. Dra. Michele da Silva Tavares - (Universidade Federal de Sergipe)  
Prof. Dr. Ricardo Augusto Silveira Orlando (Universidade Federal de Ouro Preto)

Frederico de Mello Brandão Tavares, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 06/12/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Mello Brandao Tavares, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/12/2022, às 19:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0440406** e o código CRC **2579BBDC**.

## **Agradecimentos**

Depois de quase um ano trabalhando diretamente neste projeto e três anos depois de ter sido tocado na disciplina Introdução à Libras, se perdem as linhas quando o assunto é agradecer.

Agradeço a Deus pela inspiração e sensibilidade e por me manter firme no propósito de finalizar este trabalho e pela força que eu sei que veio Dele nos momentos mais difíceis.

Agradeço à comunidade surda pela oportunidade de conhecer, conviver, imergir e aprender tanto sobre a luta, sua língua e me apaixonar tanto por Libras, essa língua que precisa ser ensinada desde a educação básica para tornar o Brasil bilíngue.

O meu mais sincero muito obrigado ao professor Frederico Tavares, o Fred, por ter aceitado viajar comigo nas estradas da acessibilidade, pelas conversas mesmo a distância e pela oportunidade de ter aprendido tanto com você. Suas respostas e principalmente suas perguntas me faziam repensar, me faziam lançar um novo olhar e me inquietavam para melhorias no trabalho. Foi uma honra ver o quanto esse trabalho modificou tanto nossas experiências no jornalismo.

Ainda no campo docente, preciso agradecer aos professores que me ouviram falar sobre esse projeto quando ele era ainda uma ideia. O professor Ricardo Augusto, que ouviu minhas inquietações em primeira mão, enquanto eu fazia a disciplina. A professora Flúvia Ventura, por me apresentar à Libras. As professoras Debora Lopez e Michele Tavares, que estiveram comigo nas minhas duas passagens pela disciplina “Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação” e me ajudaram a afinar esse projeto, seus conselhos estiveram comigo até a última regra da ABNT aplicada.

Preciso fazer um agradecimento mais que especial à República Búlgaros, minha casa por quatro anos, apesar dos dois à distância por causa da pandemia. Meus companheiros de moradia escutaram primeiro toda a minha indignação com a falta de acessibilidade a cada aula. Era na retangular e grande mesa da cozinha, com um café cheiroso que eu compartilhava meus novos conhecimentos da disciplina “Introdução à Libras” e foram eles os primeiros a ver um desenho inicial deste projeto em 2018. Obrigado pela motivação, preocupação e sugestões que estão neste projeto.

Às minhas amigas Hellen Perucci, Luana Dias, Júlia Renata, Maria Luísa Sousa e tantas outras e outros que me ouviram reclamar e temer nos stories, comemorar o projeto concluído e passar por cada fase deste trabalho. As palavras de vocês me trouxeram abrigo

quando eu precisei e me fizeram feliz e motivado para alcançar o que precisei, para chegar até aqui.

A minha gratidão se estende à Universidade Federal de Ouro Preto por me abrigar por maravilhosos quatro anos com ensino de qualidade. Não sei explicar como, mas apesar dos 1.200km que me distanciava da minha casa, eu conseguia me sentir em família entre tantos colegas, professores e colaboradores dessa instituição. Espero honrar essa formação pois por onde for, serei UFOP.

Por fim e talvez uma das presenças mais importantes, preciso agradecer aos meus pares que me acompanharam desde o anteprojeto, quando foram incomodados pelos meus e-mails preocupados. O esforço das suas pesquisas trouxeram muitos frutos, me deram ideias e tornaram esse manual tão sólido. Espero encontrá-los em eventos e que possamos nos inspirar juntos.

## Resumo

Estima-se que o Brasil tenha cerca de 2,7 milhões de pessoas surdas, de acordo com o levantamento do último Censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010). A partir da premissa de que a comunicação é um direito humano, é preciso trabalhar as ferramentas que promovam acessibilidade comunicacional visando a diversidade de públicos. O objetivo deste trabalho é propor um guia *online* de práticas mais inclusivas para a produção de informação destinada ao público surdo. Para suporte teórico, este memorial foi organizado em três capítulos: "A surdez e os direitos", "A base do guia: O produtor e o produto" e "Jornalismo e surdez". Trazendo, respectivamente: conceitos sobre a surdez, a legislação e ferramentas de acessibilidade, uma discussão de formatos como cartilhas e guias e por fim a processualidade e caracterização do produto. As ferramentas já conhecidas como Libras e *Closed Caption* foram exploradas tendo em vista sua aceitação e usabilidade, observando principalmente os problemas apontados pelos seus usuários. O jornalismo enquanto criador de discursos é tensionado para entender a força que os termos pelos quais a mídia se refere às deficiências nos leva a criar imaginários. O guia *Janelas de Acessibilidade* (<http://jdeacessibilidade.wixsite.com/janelas>) foi gerado a partir de revisão bibliográfica e entrevistas com surdos para que ele, criado para jornalistas e produtores de conteúdo, fosse construído à luz do desenho universal. Num universo de escassez de materiais voltados principalmente sobre a surdez, o *Janelas* tem como diferencial a disposição visual das informações e a perspectiva ouvinte, interessada em aprender sobre esse universo, produzindo a partir de conhecimentos básicos sobre a surdez.

**Palavras-chave:** acessibilidade comunicacional, jornalismo, surdez, desenho universal, guia.



## Abstract

It is estimated that Brazil has about 2.7 million deaf people, according to the latest Census survey, carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE/2010). From the premise that communication is a human right, it is necessary to work on tools that promote communicational accessibility, aiming at the diversity of audiences. The objective of this work is to propose an online guide of more inclusive practices for the production of information for the deaf public. For theoretical support, this memorial was organized into three chapters: "Deafness and rights", "The basis of the guide: The producer and the product" and "Journalism and deafness". Bringing respectively concepts about deafness, legislation and accessibility tools, a discussion of formats such as booklets and guides and finally the process and characterization of the product. The tools already known as Libras and Closed Caption were explored with a view to their acceptance and usability, mainly observing the problems pointed out by their users. Journalism as a creator of discourses is strained to understand the force that the terms by which the media refers to deficiencies lead us to create imaginaries. The *Janelas de Acessibilidade* guide (<http://jdeaccessibilidade.wixsite.com/janelas>) was generated from a literature review and interviews with deaf people so that it, created for journalists and content producers, was built in the light of universal design. In a universe of scarcity of materials focused mainly on deafness, *Janelas* has as a differential the visual disposition of information and the hearing perspective, interested in learning about this universe, producing from basic knowledge about deafness.

Keywords: communicational accessibility, journalism, deafness, universal design, guide.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E IMAGENS

Imagem 1 - Paleta de cores.....	52
Imagem 2 - Esboço do site.....	55
Imagem 3 - Primeira versão da marca.....	56
Imagem 4 - Segunda versão da marca.....	56
Imagem 5 - Aplicações do símbolo internacional da surdez.....	57
Imagem 6 - Aplicações do símbolo internacional da surdez.....	57
Imagem 7 - Marca do site em sua aplicação completa.....	58
Imagem 8 - Aplicação resumida da marca.....	56

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas

**FENEIS** - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

**INES** - Instituto Nacional de Educação de Surdos

**IFMG** - Instituto Federal de Minas Gerais

**LIBRAS** - Língua Brasileira de Sinais

**PROLIBRAS** - Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa

**UEMG** - Universidade do Estado de Minas Gerais

**UFJF** - Universidade Federal de Juiz de Fora

**UFMG** - Universidade Federal de Minas Gerais

**UFOP** - Universidade Federal de Ouro Preto

**UFU** - Universidade Federal de Uberlândia

**UFV** - Universidade Federal de Viçosa

## Sumário

<b>Introdução</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 01 – A surdez e os direitos</b>	<b>16</b>
1.1. Surdez e comunidade surda	16
1.2. Leis	19
1.3. Tradução de mundo	21
1.4. Acessibilidade comunicacional e comunicativa	23
1.5. Janela de Libras	25
1.6. Legendas	27
<b>Capítulo 02 - Entendendo o jornalismo: o produtor e o produto</b>	<b>29</b>
2.1. Cartilha	30
2.2. Manual	31
2.3. Libras x Português	34
2.4. Desenho universal	37
<b>Capítulo 03 – Jornalismo e surdez</b>	<b>40</b>
3.1. Procedimentos	40
3.1.1. Experiências de tradução	42
3.1.2. Entrevistas	44
3.2. Descrição do produto	50
3.1.1. Identidade visual	51
<b>Considerações finais</b>	<b>60</b>
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>62</b>

## Introdução

Foi em fevereiro de 2018 quando a primeira inquietação me atingiu. Estava retornando de uma viagem de férias na casa de um tio no interior da Bahia, na cidade de Irecê. No deslocamento para a minha cidade, o que faria em pouco mais de 300 quilômetros, paramos em uma cidade na metade do trajeto. De dentro do ônibus, acompanhei atentamente duas pessoas que conversavam em Libras. Por sorte, o semáforo “estava vermelho” para a faixa em que o nosso ônibus estava e eu pude acompanhar boa parte da conversa deles. A curiosidade em aprender aquela língua já estava dentro de mim há muito tempo, mas naquele momento um outro tipo de inquietação surgiu: por que eu não via tantos surdos na minha cidade? E mais: como vou conversar com um surdo se ele vier falar comigo?

Nascia em mim um propósito que fui tirar do papel a partir do mês seguinte, quando desembarquei na cidade mineira de Mariana, em março de 2018, para cursar Jornalismo na Universidade Federal de Ouro Preto. No segundo semestre, do ano e do curso, pude escolher as primeiras disciplinas eletivas e não podia faltar uma: Introdução à Libras. Cursei a disciplina na turma do curso de graduação em Pedagogia e lá conheci a história do povo surdo, suas lutas e busca de visibilidade da sua causa e da sua língua. Em uma das aulas, fomos desafiados a imaginar mudanças possíveis nas nossas áreas, visto que a turma contava com pessoas de outros cursos de graduação. Percebi que o Jornalismo precisava olhar mais para a variedade de públicos que tinha, incluindo aí o público surdo. E já pensava em como trazer essa discussão antes mesmo de imaginar o guia *Janelas de Acessibilidade* (<http://jdeaccessibilidade.wixsite.com/janelas>) ou que este tema me acompanhasse até o *Trabalho de Conclusão de Curso*.

Durante a pandemia, muitas *lives* foram feitas e com grande ganho da acessibilidade, com intérpretes de Libras. Nas redes sociais, o movimento de legendagem de *Stories* foi outro ponto que me motivou a continuar com a discussão, agora também pensando na invisibilidade ainda presente, uma vez que, de acordo com dados divulgados pelo IBGE em 2010, mais de 5.7 milhões de pessoas no Brasil têm algum problema relacionado à audição – 2.7 milhões não ouvem nada. Apesar do grande número de surdos, te convido a pensar quantos surdos você conhece e com qual frequência você os encontra na rua?

São como estrangeiros no próprio país, uma vez que eles têm uma língua reconhecida no Brasil, desde 2002, através da Lei nº 10.436. Língua esta presente nos meios de comunicação e respaldada pela Lei nº 10.098.

Da primeira aula da disciplina até este momento, muitas coisas mudaram e outras foram descobertas neste sensível tema. Entre elas o conceito de desenho universal que é a capacidade de fazer um produto acessível para todas as pessoas, independente das suas particularidades pessoais. Um dos grandes objetivos aqui é causar essa inquietação, principalmente, em jornalistas, estudantes de Jornalismo, produtores de conteúdo ou interessados na causa ou em Libras. É preciso entender a força dos nossos discursos e de como representamos a comunidade surda e lançar um novo olhar para o nosso público cada vez mais diversificado. Além de ser um produto experimental da área, o jornalismo e suas formas de fazer foram observadas muitas vezes e sob vários aspectos.

O Guia *Janelas de Acessibilidade* foi criado principalmente a partir de leituras, entrevistas com surdos e pessoas relacionadas a esse universo para chegar o mais próximo possível do objetivo almejado. Posso conceituar o site como um Guia, criado nos moldes das Cartilhas e dos Manuais, uma vez que recorre ao design atrativo e educativo do primeiro formato e traz o aspecto do aperfeiçoamento da técnica, típico dos manuais. Adotando um caminho novo ao tematizar apenas a surdez e temas relacionados, o Guia consegue ultrapassar o aspecto didático da cartilha e as normas dos manuais, trazendo semelhanças dos dois, mas em um novo formato apostando na visualidade. O *Janelas* cumpre, então, o papel de suporte e de porta de entrada para o universo da surdez, uma vez que pode instigar e orientar jornalistas sobre a importância das produções acessíveis, e assim incentivar à preocupação com as demais deficiências. O objetivo aqui é auxiliar na construção de um jornalismo mais acessível, abrindo muitas janelas não só para a comunidade surda, mas para todos os grupos não-hegemônicos que recebem os conteúdos produzidos pelo jornalismo.

Para a organização deste memorial, foram criadas 20 pastas no *Google Drive*, que serviram de suporte à realização remota deste TCC. As pastas abrigam referências divididas por temas que são tópicos dos capítulos descritos abaixo. Essas referências foram selecionadas através da indicação de pesquisadores da área que foram contatados na primeira fase da pesquisa ou ainda a partir de buscas no *Google Acadêmico*.

O memorial está dividido em três partes. O Capítulo 1, nomeado "A surdez e os direitos", fala sobre temas, conceitos e ferramentas que foram a base do site produzido. O conceito de surdez, um passeio pelas leis, a ideia de tradução de mundo, janela de Libras, Legendas e o conceito de Acessibilidade Comunicacional trazem as inquietações e os resultados teóricos para o desenvolvimento do produto. A intenção aqui é também conscientizar e convencer quanto à importância do *Janelas de Acessibilidade*. O segundo capítulo, "A base do guia: O produtor e o produto", indica as ferramentas cruciais que nos

levarão ao produto final. As especificidades da cartilha e do manual, o desenho universal e a concepção de Libras enquanto língua nos fazem entender a relação de produção de conteúdo e os seus públicos. Por fim, o Capítulo 3, denominado “Jornalismo e surdez”, é composto pela descrição da processualidade prática do trabalho, bem como pela caracterização do produto/Guia. Os passos que foram dados até a conclusão, as entrevistas, a descrição do formato e da identidade escolhida mostram a fase final de forma detalhada, vislumbrando a concretização do produto experimental.

## Capítulo 01 – A surdez e os direitos

Afonso (2019) conceitua e explica a importância do jornalismo a partir da sua responsabilidade em dizer o que será notícia e o que não será. O autor chama a atenção para o jornalista enquanto juiz do que é importante para o público e quais enquadramentos é possível de usar. Uma vez que a realidade será enquadrada a partir de um ponto da notícia e é este ponto que será lembrado e ganhará repercussão. Afonso (2019) ainda menciona os valores-notícia como classificadores da produção, julgando quanto mais pontos que possam interessar o público, mais a notícia deve ser veiculada.

Lopes (2010, p.1) além de trazer um detalhamento de cada valor-notícia e como são pensados, tensiona o quanto a concorrência ajuda a pensar o que ainda deve ser publicado ou quais pontos de vista explorar. Para a autora, o jornalismo é

Um processo de transmissão de informação através dos Media (comunicação mass mediática e mediatizada), ancorado em valores como a atualidade, a novidade, a periodicidade, a difusão/recepção colectivas e o interesse (público e do público). É uma construção narrativa apoiada na linguagem, na palavra, uma construção narrativa de realidade, submetida a determinada técnica e sujeita a determinadas regras e gramática. O jornalismo é apenas uma vertente de um grande mundo, o da Comunicação.

Neste capítulo e neste trabalho, o tema pesquisado é: a acessibilidade para a comunidade surda no jornalismo. Será realizado um passeio descritivo sobre o conceito clínico da surdez, as leis que falam sobre acessibilidade no Brasil e a forma como o jornalismo se propõe a ser um tradutor do mundo. Para a comunidade surda, o jornalismo pode traduzir o mundo a partir da janela de Libras e das legendas, mas ainda são raras as iniciativas deste fazer. A intenção aqui é evidenciar não um pedido da comunidade surda, mas um direito garantido por lei; e além disso um direito humano, o direito à comunicação de qualidade e acessível.

### 1.1. Surdez e comunidade surda

O público consumidor de informações que será privilegiado pelo guia é o das pessoas surdas. Neste memorial, elas serão observadas pelo aspecto comum da surdez e depois por uma via de mais empoderamento, enquanto comunidade surda. De acordo com o último Censo do IBGE, realizado em 2010, existem no Brasil cerca de 5,7 milhões de pessoas com

alguma deficiência auditiva que pode ser classificada como leve, moderada, severa ou profunda, a depender do grau.

Em 2017, o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi "Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil", o que gerou surpresas e dúvidas quanto aos sinônimos que seriam possíveis, como usar deficiente auditivo ou surdo. Se faz necessário, então, fazer uma importante distinção que vem do ponto de vista clínico. Uma pessoa que tem perda de audição profunda, e por isso não escuta nada, é considerada surda. Já aquela que tem perda leve ou moderada da audição é deficiente auditiva.

Se olharmos o que diz a legislação brasileira, na Lei nº 5.296/04, temos a definição de deficiência auditiva como "a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, comprovada por audiograma nas frequências de 500 hertz e 2.000 hertz". Já o Decreto nº 5.626, de dezembro de 2005, trata como surda a pessoa que "por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras".

O decreto trouxe uma importante contribuição para regulamentar a língua da comunidade surda brasileira. Conquista que nos permite entrar no mundo da comunidade surda a partir do conhecimento das línguas de sinais, uma vez que, de acordo com a Federação Mundial dos Surdos, 80% das pessoas surdas do mundo são analfabetas nas línguas escritas. O dado anterior desafia campos como o do jornalismo que além de trabalhar para um público ouvinte e que vê, contribui para uma nova definição das pessoas surdas, através dos estereótipos.

Diferente da primeira perspectiva que foi observada acima, do aspecto clínico da surdez, é preciso também dedicar atenção à ideia de uma Comunidade Surda. "A comunidade surda pode ser representada por associações, igrejas, escolas, clubes, ou seja, qualquer lugar onde um grupo de surdos se reúne e divulga sua cultura, troca idéias e experiências e usa a língua de sinais" (DIZEU e CAPORALLI, 2005, p.12). Ela é constituída não só por pessoas surdas, mas também por pessoas ouvintes que interagem com a língua de sinais, esta que é a língua oficial da comunidade surda brasileira, reconhecida por meio de lei.

Quanto à sua importância, Garcia indica a possibilidade dessa convivência desenvolver a identidade surda, uma vez que neste ambiente os surdos podem interagir com seus pares, apropriar de sua história e ter um espaço de convivência.

Dessa forma ela exerce um papel construtor para a identidade surda, pois é por meio dela que ocorrem as identificações com seus pares e a aceitação da diferença, não como um deficiente ou não-normal, mas com uma cultura rica que possui valores e língua própria. Porém, esta é minoria diante da

onipotente comunidade ouvinte, que, muitas vezes, vê os surdos e sua comunidade como “[...] parte da comunidade mais ampla de incapazes [...]” (GARCIA, 1999, p. 152).

Por outro lado, a cultura surda se mostra mais restrita uma vez que, de acordo com Silva (2018 *apud* STROBEL, 2009, p.27), acontece o compartilhamento de crenças surdas, comportamentos e língua específica das pessoas surdas.

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isso significa que abrange a língua, as idéias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

Se engana quem tenta unir todas as identidades apenas pelo aspecto da surdez, Perlin (1998) apresenta cinco categorias de identidades surdas: identidade surdas (1), identidades surdas híbridas (2), identidades surdas de transição (3), identidade surda incompleta (4) e identidade surda flutuante (5). A primeira se refere ao grupo que faz uso plenamente da experiência visual, que difere do segundo grupo que geralmente nasceram ouvintes e se tornaram surdos no decorrer do tempo, tendo o conhecimento da Língua Portuguesa. Das identidades de transição fazem parte os surdos, alguns filhos de pais ouvintes, que precisam de um esforço para se desprenderem da identidade ouvinte. A quarta categoria apresenta aqueles que muitas vezes negam a existência de uma identidade surda. E por fim, a identidade surda flutuante traz um perfil que nem consegue estar na comunidade surda e nem na ouvinte pela falta dos aparatos comunicativos de ambas as partes.

Sobre as identidades surdas e a importância de uma comunidade, o ano de 2021 foi marcado pelo lançamento do filme drama/musical estadunidense *CODA* que, em suas quase 2 horas de duração, trouxe uma reflexão sobre filhos ouvintes de pais surdos. O filme conta a história de Ruby de 17 anos que cresce em uma família em que seus pais e seu irmão são surdos. Ela convive em meio à cultura surda e faz sempre a ponte comunicativa entre sua família e os ouvintes. O longa-metragem tensiona a falta que o conhecimento nas línguas de sinais afasta os surdos das decisões e da vida pública, além de reforçar a importância de conviver com os pares, no compartilhamento de experiências comuns. O filme, que é um *remake* do francês *La Famille Bélier*, ganhou o Oscar de melhor filme na edição de 2022.

Em abril de 2022, mês no qual a Libras comemora seus 20 anos, o cartunista brasileiro Maurício de Sousa anunciou a criação de Sueli, uma nova personagem para a série de histórias Turma da Mônica. Ela é a primeira integrante surda de uma das histórias de

quadrinhos mais conhecidas do país, que este ano completa 63 anos. A personagem fez sua estreia no mês de maio, na ocasião da 24ª Surdolimpiadas de Verão.

A surdolimpiadas é um evento internacional que conta com mais de 20 modalidades esportivas. A primeira edição foi realizada em 1924, em Paris, e as edições acontecem a cada quatro anos. O Brasil sediou em maio a 24ª edição que contou com delegações de mais de 79 países. O país-sede foi o primeiro país da América Latina a sediar os jogos que aconteceram em Caxias do Sul. A competição foi criada antes dos já conhecidos jogos paralímpicos e por uma questão de não se reconhecerem como pessoas com deficiência, os surdos participam da competição própria, já estabelecida.

## 1.2. Leis

Antes mesmo de falar sobre os direitos das pessoas surdas que são garantidas por leis, é preciso contextualizar como era antes das leis. Para entender como conquistas na legislação são importantes e nos questionar como que, ainda assim, essas leis estão esquecidas e pouco esforço vem sendo feito para que elas sejam seguidas.

De acordo com Lima (2018, *apud* STROBEL, 2009, p. 10) os surdos, por volta do ano 4000 a.c no Egito, viviam isolados dos espaços sociais e educacionais e filósofos como Heródoto considerava-os como criaturas castigadas pelos deuses. O filósofo Aristóteles indiretamente considerava os surdos incapazes da razão uma vez que pregava que "é a audição que contribui mais para a inteligência e conhecimento". De forma semelhante, agora no âmbito religioso, os surdos eram impedidos de receber o Sacramento da Comunhão por não se confessarem, algo que acontece majoritariamente na língua falada.

Foi também no âmbito religioso, na Idade Média, que surgiu o alfabeto manual que no início era uma estratégia para não usar a oralidade nos mosteiros, locais conhecidos pelo silêncio.

O monge Pedro Ponce de Leon, ao aprimorar o alfabeto manual foi um dos pioneiros religiosos a ensinar os surdos. O abade Charles Michel de L'Épée (1712-1789) é considerado o influenciador dos sinais metódicos é uma influência muito reconhecida na história da educação dos surdos, foi o fundador da primeira escola pública para surdos de Paris, também treinou professores de diversas localidades para o ensino dos surdos LIMA (2018, *apud* REILY E REILY 2003, p. 11).

Anos depois, em 1880, acontece o Congresso de Milão, conhecido por muitos como um terrível evento para a comunidade surda. O encontro definiu métodos de educação para

surdos em uma votação na qual a comunidade surda não teve direito a voto. O oralismo, que inferioriza os sinais e valoriza a fala e a capacidade auditiva, ficou definido como o método mais acertado. A partir daí, surgem relatos de repressão total ao uso de sinais (LIMA, 2008).

As comunidades surdas serviram de refúgio para muitos desses surdos, que precisavam de um local para se reunirem, mesmo que às escondidas, para manterem viva a língua. Quase 100 anos depois, surge a proposta da Comunicação Total que é uma abordagem que continua fazendo parte do cotidiano dos surdos, pois possibilita utilização de diversos recursos para a promoção da comunicação: Libras, códigos manuais, língua oral....

Fazendo um levantamento das leis, em 24 de abril de 2022 a Comunidade Surda brasileira celebra os 20 anos da Lei nº 10.436 que oficializa a Língua Brasileira de Sinais como a língua da comunidade surda brasileira. Três anos depois que a Libras foi regulamentada a partir do Decreto nº 5.626, trazendo neste o acréscimo da diferenciação entre surdez e deficiência auditiva. O Decreto aborda a língua como um componente curricular bem como prevê a formação do professor, instrutor, intérprete e tradutor de Libras.

As Leis nº 12.319 e 13.146 também apresentam importantes avanços para os surdos no Brasil. Regulamentam a profissão de tradutor e intérprete de Libras e definem o que se considera pessoa com deficiência, respectivamente.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade, trazendo também o que são consideradas barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes e na comunicação, sendo "qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação" (BRASIL, 2000).

Além do cumprimento das leis, é preciso retomar a ideia da informação como direito humano, como pontua Scoralick (2009, *apud* GENTILLI, 1995, p.200)

Para que cada homem possa participar das decisões que lhe interesse e/ou lhe diga respeito em condições de igualdade, é indispensável um sistema de comunicação que ofereça ao conjunto de cidadãos as informações básicas e as alternativas possíveis para que tais decisões sejam tomadas, conscientemente – na medida do possível.

Nota-se até aqui a importância das leis como objetos que podem ser considerados vetores para incentivar os veículos a tomarem decisões visando a acessibilidade, uma vez que as concessões para funcionamento das emissoras de TV e Rádio passam por uma necessidade de seguir a legislação. Para trazer aos surdos as informações que precisam para serem também

formadores de opinião. E no campo do jornalismo, como veremos a seguir, as leis vão além do propósito de traduzir as informações.

### **1.3. Tradução de mundo**

O jornalismo se propõe, muitas vezes, a servir como um grande tradutor de mundos. Passando de temas simples aos mais complexos e confiando na capacidade do profissional de comunicação de alcançar uma variedade de públicos. Além do jornalista, a linguagem é uma das grandes responsáveis por essa acessibilidade da comunicação, que deve ser suficientemente entendível por uma variedade de públicos. É possível notar a flexibilidade da linguagem quando se observa a diferença entre as editorias. Uma editoria com termos mais técnicos como a econômica, por exemplo, trabalha com comparações, elucidações do cotidiano e uma forma de falar que parece explicar mais de uma vez o que precisa ser entendido. Na editoria de saúde, um tema ganha variações em infografias e falas de especialistas. A linguagem é explorada no jornalismo enquanto objeto variável, pois as informações precisam ser veiculadas em diferentes meios de comunicação, que têm especificidades próprias em como dizer.

Como um grande tradutor, o jornalismo é principalmente pautado pelo seu público. Além de julgar o que deve ser veiculado, pensando no receptor, o público ativo traz demandas para serem atendidas pela comunicação. Como exemplo temos a contribuição que a internet e as discussões que acontecem neste campo trazem. O compartilhamento de iniciativas de acessibilidade, o desejo de ser representado, fizeram o jornalismo repensar práticas e passar a perceber também esse interesse do público. Uma vez que o interesse do público é muito importante para a área. O olhar fiscalizador deste, pode apontar para o jornalismo situações que precisam ser mudadas, uma ação conjunta também pensando na vastidão que o campo precisa dar conta e considerando que os profissionais por trás das pautas têm uma formação de quatro anos.

Além de observar o jornalismo enquanto prática, é preciso passar pelo papel da comunicação também como geradora de discursos. Scoralick (2009, p.5) afirma que "somos espectadores das representações pelas quais a mídia produz", o que parece concordar com o que a mesma autora fala ao citar que "há sempre que se lembrar que as práticas sociais são consequências das discursivas".

Muitas ideias e imaginários sobre a surdez existem e perpassam ao longo dos anos. Benneti (2009, p. 287) recorre à Durant para explicar como é estruturado o imaginário, que é

herdado coletivamente pelo homem. “As simbologias derivam de um equilíbrio dinâmico invisível, que estabelece uma tensão permanente entre forças de coesão das imagens. Imaginário, portanto, não é sinônimo de cultura. Ele é anterior às culturas”. A autora evidencia ainda que o imaginário nunca é individual, mas coletivo. Dessa forma, unindo as duas concepções, parte das ideias que se tem sobre a surdez, o imaginário e conseqüentemente os estereótipos, são construídos antes de se ter conhecimento sobre o universo surdo e os costumes.

Muitos estereótipos da surdez foram construídos a partir do discurso da representação da deficiência, listados por Bonixe (2017, p.3, *apud* PEREIRA, MONTEIRO e PEREIRA, 2011, p. 205)

1) Os estereótipos (“vítimas, heróis, vilões”); 2) terminologia (utilização de expressões inadequadas para se referirem à pessoa com deficiência); 3) Assuntos mais tratados (prevalência das dificuldades e da dramatização); 4) Tipos de deficiência (foco dado a algumas deficiências “mais aceites pela audiência sem deficiência”).

O discurso ganha ainda mais importância quando entendemos a sua potência em retratar minorias e majorias. Para entender essa relação, que está longe do aspecto quantitativo, recorreremos à Scoralick (2009), que explica os dois termos como componentes de uma relação de poder. Sendo a maioria o grupo que controla esse poder, a minoria seria então o grupo que não está inserido nesse poder e portanto, parece estar à margem das decisões.

Como solução, Bonixe (2017) sugere uma aproximação das pessoas com deficiência e das suas realidades para evitar estereótipos, entender e fazer uma boa representação. Cabe aqui também a importância de dar voz a quem é chamado. Desta forma, como a pessoa com deficiência quer ser chamada? Tal maneira pode acabar se tornando um tema complexo, uma vez que termos bem aceites no passado já não são tão aceites atualmente.

A *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, enquanto instrumento internacional, assegura o exercício dos direitos humanos das pessoas com deficiência dos países que assinaram o documento. O texto foi aprovado em 2006 e promulgado no Brasil em 2009. Nele, foi aprovado o termo pessoa com deficiência. Uma vez que não é interessante usar eufemismos para dizer: pessoas com necessidades especiais, pessoas com necessidades específicas... O mesmo acontece quando pautamos a deficiência somente no viés de superação, em datas comemorativas ou tentando promover a comoção, colocando a pessoa com deficiência em uma situação de inferioridade. A ideia da acessibilidade é equiparar todos, por isso o termo “pessoas especiais” já não faz sentido. Igualmente o termo “pessoa portadora de deficiência” não deve ser usado pelo significado da

palavra portar. De acordo com o dicionário online Michaelis<sup>1</sup>, portar quer dizer “trazer consigo, usar como traje”. Podemos portar uma bolsa e em um certo momento, deixá-la. Uma pessoa não pode portar uma deficiência e em outros momentos não, por isso o termo não é adequado. Portanto, podemos dizer que o portador deste poder de ditar e modificar discursos é o jornalismo.

#### **1.4. Acessibilidade comunicacional e comunicativa**

De acordo com Beilfuss e Bonito (2017, p. 6), a comunicação é capaz de gerar a cidadania das pessoas "pois a partir da comunicação se dá a opinião e a expressão do indivíduo, fazendo com que, neste contexto, ele participe da sociedade sem restrições". E na esteira desta ideia, vem o conceito de mídia cidadã que já desenha um modelo mais acessível de informação

A mídia cidadã tem como proposta viabilizar o acesso à informação a todos os indivíduos portadores de algum tipo de deficiência ou não. Portanto a mídia cidadã, como o próprio nome reflete, deseja transmitir a informação a todos os cidadãos, independentemente de suas condições sociais, intelectuais ou físicas (SIQUEIRA E SILVA, 2013, p.8).

Ao considerar a comunicação como um Direito Humano, reconhecido pela ONU, é possível também notar que a falta de acesso coloca a pessoa em uma situação de vulnerabilidade e sem total acesso à sua cidadania. A partir desse pensamento, de acordo com Bonito e Santos (2019, p. 6), começa a surgir a acessibilidade desde a concepção ao “observar o emprego da linguagem, a produção de conteúdos e, logo, a construção de narrativas que possam ser apreendidas e compreendidas por toda e qualquer pessoa, sem distinção ou barreira comunicativa”.

Um dos conceitos-base deste trabalho é o de acessibilidade comunicacional, que envolve toda a técnica de audiodescrição, legendagem, janela de Libras e outras ferramentas que colaboram para um acesso mais universal das informações, rompendo assim, barreiras. Bonito (2019, p. 9), foi além ao criar o conceito de Acessibilidade Comunicativa que

sustenta a ideia de que toda produção, assim como todo o processo comunicativo, deve conceber, a priori, conteúdos com Desenho Universal, ou seja, acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas diversidades, habilidades e competências significativas ou cognitivas. Para isso, se buscam eliminar barreiras informativas que impedem,

---

<sup>1</sup> Significado do verbo portar, Dicionário online Michaelis. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/portar/>>

principalmente, mas não apenas, as Pessoas com Deficiência de consumir os conteúdos com autonomia, por meio de recursos de tecnologias assistivas.

A diferença dos dois conceitos se dá principalmente no ponto de vista. Enquanto o primeiro se refere às ferramentas, ao aparato técnico, Acessibilidade Comunicativa vem demarcar a autonomia da pessoa com deficiência como o principal dos objetivos, passando pela cidadania e as barreiras que devem ser quebradas. “A partir do momento em que tiramos as barreiras, as pessoas começam a aparecer” (BONITO, 2022)<sup>2</sup>.

É essa a premissa sustentada por Corrêa et al (2014, *apud* LÉVY, 2000, p.84) ao afirmar que "o ganho de autonomia das pessoas ou dos grupos envolvidos deve ser o objetivo principal da luta contra as desigualdades e a exclusão".

No caminho da garantia deste direito, o Brasil avançou em 2013 quando foi criada a primeira WebTV bilíngue do país, a *TV Ines*. O projeto nasce de uma parceria entre o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP). A programação, que a partir do ano seguinte passou a trazer conteúdos 24 horas, vinha disponível na Língua Brasileira de Sinais, com legendas e falas em Língua Portuguesa.

Uma pesquisa realizada dois anos depois da sua fundação, indica "o alcance de cerca de 315 mil visitas no portal, 2.3 milhões de minutos de streaming, 7 mil downloads de aplicativos para smartphone e 68 mil visualizações de VoD" (SIQUEIRA e SOUZA, 2016, p.13).

A história do canal se funde com os objetivos da história do INES. O Instituto tem vínculo com o Ministério da Educação e foi criado no século XIX com propósitos de formar profissionais surdos e ouvintes. A escola foi pioneira ao lançar o Curso Bilíngue de Pedagogia. Além disso, a iniciativa do surdo francês Eduardo Huet, atende os alunos com assistência social, psicologia e fonoaudiologia. São oferecidos também os níveis Fundamental e Médio de ensino (Silva, 2018).

No campo do jornalismo, a emissora estreou em 2016 o programa "Primeira Mão" que até o momento se configurava como o primeiro telejornal do Brasil na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), algo que mais a frente veremos como uma das melhores ferramentas para acessibilizar a informação para os surdos. O telejornal utilizava os recursos: interpretação em Libras, a voz em língua portuguesa e a creditação dos entrevistados. A tela era dividida entre

---

<sup>2</sup> Fala proferida na live "Acessibilidade Comunicativa: desafios para inclusão de estudantes com deficiência em sala de aula" promovida pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - UFMG. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rpHRAKaEbQs>>

a intérprete que também apresentava o jornal e as imagens da reportagem. Para Siqueira e Souza (2016), ao estudar outra iniciativa (a *TV INES*), não é possível criar um programa acessível sem incorporar novos elementos ao fazer jornalístico.

### 1.5. Janela de Libras

Em consonância com a legislação e complementando leis anteriores, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, trouxe determinações para a promoção da acessibilidade comunicacional com a legendagem, o *closed caption* e a janela de Libras. A última, já era obrigatória em propagandas eleitorais desde 1994 por determinação do Tribunal Superior Eleitoral. Mas foi somente em junho de 2006 que normativas saíram do Ministério das Comunicações, a partir da portaria 310, para que os surdos passassem a ter direito a janela de Libras e legendas nas produções televisivas.

O documento trazia de forma clara o que era cada ferramenta. A janela de Libras era conceituada como um “espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais” e depende assim da presença do intérprete que faz a mediação da informação nas duas línguas.

Preocupações como o tamanho da janela, cor da roupa do intérprete e o contraste entre o intérprete e o fundo foram alguns dos fatores que levaram a criação do *Guia para produções audiovisuais acessíveis*, lançado em 2016 pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura. Ao se referir à janela de Libras, é definida a melhor posição (esquerda da tela), as cores de fundo (azul ou verde por facilitar o apagamento do fundo), melhor enquadramento do intérprete (10 a 15cm acima da cabeça e 5cm abaixo do umbigo), melhor estilo de roupa para usar na interpretação (mangas curtas ou longas, sem estampas, formas ou listras).

Também a Associação Brasileira de Normas Técnicas, na Norma nº 15.290 conceitua e determina as ferramentas de acessibilidade, como devem ser utilizadas, os parâmetros e sua relação com o desenho universal

1.2 Para ser considerada acessível, a programação televisiva deve atender ao disposto nesta Norma.

As diretrizes desta Norma são aplicáveis a todas as emissoras e programadoras, públicas ou privadas, em transmissões nas frequências de UHF, VHF, a cabo, por satélite, através de protocolo IP, bem como através dos protocolos e frequências específicos da TV digital. Aplicam-se também aos conteúdos distribuídos em DVD e fitas VHS, bem como aos novos formatos de mídia e de transmissão que venham a ser implementados durante a vigência desta Norma.

1.3 Esta Norma segue preceitos do Desenho Universal e visa, principalmente:

- a) viabilizar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, limitação de percepção ou cognição, o acesso à programação televisiva;
- b) dar acesso à informação e ao entretenimento proporcionados pela TV a pessoas com deficiência auditiva, visual ou cognitiva;
- c) facilitar a surdos, estrangeiros residentes no país e pessoas semi-analfabetas a aquisição da língua portuguesa escrita;
- d) possibilitar o exercício da cidadania aos usuários da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);

Para além das normas recentes, a Libras já é obrigatória desde setembro de 1994 - a partir da Resolução nº 14.550 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que torna obrigatória a janela de Libras em todas as propagandas eleitorais dos partidos políticos. Este já era um primeiro passo que indicava o respeito à forma como a comunidade surda se comunica, visto que o reconhecimento como língua só veio oito anos depois.

Uma forma de garantir a efetividade da interpretação é ter a presença, que hoje ainda é tímida, do consultor de Libras. Marques, Viana e Alves (2021, p. 14) mencionam o que se desenha como requisitos para a função

Os consultores surdos poderão participar de qualquer gênero de vídeo como documentário, videoaulas, filmes, entre outros com tradução e interpretação em Libras para garantir a qualidade da coerência de Libras no audiovisual. As sugestões de requisitos para ser consultor surdo são: 1) ser surdo; 2) fluente em Libras; 3) ter bons conhecimentos ou ser fluente em Português; 4) ter identidade surda e cultura surda; 5) ter formação na área de Libras; 6) ter conhecimento na área audiovisual; 7) ter conhecimento de recursos acessíveis como janela de Libras e LSE.

Souza (2005), em sua monografia *Sentidos do outro lado: percepção da mensagem de notícias do telejornal local de TV aberta "jornal do 10" por sujeitos surdos*, parece comprovar a importância da janela de Libras para levar a um entendimento efetivo de conteúdos audiovisuais. Com a participação de cinco surdos, o pesquisador exibiu quatro notícias apresentadas no Jornal do 10 com e sem a janela de Libras. O autor encontrou reações de descontentamento e divergência na exibição sem Libras e exatidão da informação transmitida na segunda exibição. Ele percebeu também a forma como os surdos associaram as imagens que estavam vendo com conhecimentos pré-adquiridos sobre os assuntos, o que interferiu no entendimento final. Um ponto alto da pesquisa foi a possibilidade de emitir opiniões que os surdos tiveram com a exibição acessível, que só reforça a importância da janela de Libras.

## 1.6. Legendas

Uma das primeiras formas de acessibilizar conteúdos entre línguas veio através de legendas. Em dezembro de 1978, a Lei nº 6.606 exigia a presença de legendas em língua portuguesa na exibição televisiva de filmes estrangeiros.

22 anos depois, tendo a acessibilidade como foco e agora mais voltado para as pessoas com deficiência, surge a Lei nº 10.098 que entre outros pontos estabelece as normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nos incisos I e II do 2º § do artigo 53 estão previstas a “janela com intérprete de Libras” e a “subtitulação por meio de legenda oculta” conhecida como *Closed Caption*. Ambas foram regulamentadas anos mais tarde pelo Ministério das Comunicações, através da portaria nº 310, de junho de 2006.

A legenda oculta é obrigatória em todos os programas televisivos desde 2017 e pode ser acionada através do controle remoto de alguns aparelhos. A Associação Brasileira de Normas Técnicas traz recomendações<sup>3</sup> quanto ao uso desta ferramenta. A legenda deve estar alinhada na parte central da tela. Os caracteres devem estar na cor branca e seguir todos os acentos. Cada linha deve ter no máximo 32 caracteres. O fundo deve ser uma tarja preta. Podem ser usadas de uma a quatro linhas, observando apenas a forma como a linha pode atrapalhar a visualização do resto da imagem. A legenda deve estar posicionada na parte inferior da tela, e quando esta parte precisa trazer informações, a legenda deve ser colocada na parte superior.

Nomes de livros, filmes, citações e palavras ditas de forma errada devem vir entre aspas.

Hífens devem ser utilizados para marcar a interrupção da fala e nota musical quando uma música ou fundo musical aparecer. Quando quiser indicar efeitos sonoros, devem ser usados colchetes. Exemplo: [Criança chorando]. Quando o personagem estiver fora de cena, mas estiver falando, deve ser indicado o seu nome entre colchetes. Narrações e falas fora de cena devem vir em itálico; se for inserir a letra da música, deve-se colocar entre notas musicais e no final duas notas musicais seguidas para indicar o fim.

De forma semelhante, o *Guia para produções audiovisuais acessíveis* (2016), da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, traz apontamentos sobre o uso da legenda oculta que se aproxima em muitos pontos das normas supracitadas da ABNT. Como

---

<sup>3</sup> ABNT. Norma brasileira, ABNT NBR 15290. De 30 nov. 2005. Acessibilidade em comunicação na televisão. Disponível em: <<http://www.crea-sc.org.br/portal/arquivosSGC/NBR%2015290.pdf>> Acesso em 05 dez. 2021

acréscimo, o Guia traz cuidados que devem ser tomados na hora de separar a frase em duas legendas observando número de caracteres e a separação entre verbo e nome, verbo e sujeito... Que costumam causar confusão. A recomendação parte para "o que traduzir?" revelando que não precisamos traduzir tudo o que é falado, mas que podemos traduzir parte e até mesmo utilizar de sinônimos para reduzir o tamanho da fala, retirando também as palavras que foram repetidas ou que não acrescentam ao conteúdo.

A ideia é que a legenda dure o mesmo tempo que a fala. O Guia traz 11 categorias de sons, sendo eles "som da natureza, som causado pelo homem, som causado por animais, som ficcional, som causado por objeto, silêncio, instrumento musical, música de fosso, música em tela, música qualificada, música não qualificada (p.65)" e define uma velocidade comum de 18 caracteres por segundo para a legenda oculta. Além da legenda oculta, também conhecida como *closed caption*, existe a legenda visível em vídeos e que são inseridas manualmente ou através de aplicativos de legendagem automática. A prática se popularizou na pandemia causada pelo vírus da COVID-19, mas a inserção de legendas em peças audiovisuais é bastante antiga. O que se tornou mais comum é inserir a transcrição da fala em peças como *stories* que tem a intenção de acessibilizar o conteúdo, mas também a preocupação com as pessoas que não podem acionar o áudio a partir da circunstância na qual ela vê aqueles frames de 15 segundos, por exemplo ao usar o *Instagram* em consultórios médicos, transporte públicos... A atividade se tornou tão popular, que aplicativos como o *CaptCut*, *AutoCap* e *Clips*<sup>4</sup>, ainda que com diferenças nas limitações das versões pagas e gratuitas, fazem a legendagem de vídeos que podem ser editados. O *Instagram*, em maio de 2021, iniciou testes de legendagem de *stories* na própria plataforma. A partir da gaveta de itens que podem ser adicionados aos *stories* (música, *gifs*, localização) está também disponível um *stick* para legendar o que foi falado. Por enquanto, a opção só existe para usuários da língua inglesa.

O que se mostrou ser essencial na hora de legendar, a partir da bibliografia visitada, é compreender que existirá uma atenção dupla: na imagem que está sendo exibida e na legenda. Então elas devem ter a velocidade correta e o conteúdo que complementa a imagem e não que explique toda ela e o que está sendo apresentado. Além disso, a fala não precisa ser toda traduzida por muitas vezes trazer repetições, vícios da fala e informações que só tomam tempo e atenção.

---

<sup>4</sup> Aplicativos de legendagem de vídeos disponíveis na loja de aplicativos *Play Store*.

## Capítulo 02 - Entendendo o jornalismo: o produtor e o produto

Até aqui, as bases do trabalho foram apresentadas sob o viés da legislação, dos direitos, das ferramentas e da prática jornalística. O jornalismo enquanto prática foi observado nesta pesquisa a partir do viés da responsabilidade, potência da informação e alcance. Sobre o último, podemos atestar, através do Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que traz um dado sobre a presença da televisão nas casas brasileiras. O veículo é hoje o meio mais utilizado para transmitir informação uma vez que, ainda em 2010, 95,1% dos lares possuíam pelo menos um aparelho.

A partir de tamanha inclusão na vida dos brasileiros, a partir do dado anterior, o jornalismo é incumbido de certa responsabilidade com o que é veiculado e principalmente, em tentar atingir públicos diferentes. Podemos considerar que um dos pilares do jornalismo é a responsabilidade com as fontes e com o público; e esse compromisso é citado por Bonixe (2017, p. 2) ao tratar o jornalismo como um campo integrador.

Enquanto dispositivos de representação da realidade, os media têm a responsabilidade social de se assumirem como elementos integradores das diversas comunidades existentes numa sociedade. Os meios de comunicação social devem, por esse motivo, criar mecanismos que facilitem o acesso de todos os cidadãos à informação e ao conhecimento.

No entanto, o inverso dessa desejada integração também acontece. O campo do esquecimento é debatido por Takara (2013, p. 8 e 9) ao referir que essa negligência por parte da mídia é capaz de subjugar minorias, como a aqui estudada comunidade surda.

O preconceito e o descaso da mídia atual continuam por amordaçar as minorias. Grupos que por não possuírem todos os pré-requisitos definidos pela moral ou até mesmo por uma condição pré-julgada como necessária são agredidos todos os dias por grupos que se julgam majoritários e capazes de definir quem pode ou não viver em sociedade. Desse modo, a comunicação, agindo no ato de tornar comum, de apresentar aos que não conhecem a realidade de diversos grupos de maneira simples, respaldada e clara, pode garantir que a sociabilidade possa ser uma tentativa menos carregada de preconceitos, que são visões medíocres formadas pela estereotipagem de um indivíduo ou grupo social.

Então, como guiar produções que acontecem em várias partes do país com propósitos parecidos, mas com pessoas diferentes, temas diferentes? Materiais como manuais e cartilhas parecem indicar maneiras de padronizar estas produções, no sentido de manter a coesão da prática. Além disso, há um horizonte a ser vislumbrado pelo jornalismo, mas também neste trabalho é o de desenho universal. O conceito indica que as produções devem ser feitas

pensando na universalidade do público, que deve conseguir consumir independente de qualquer particularidade que ele tenha.

## 2.1. Cartilha

Um dos primeiros incômodos gerados na criação desta pesquisa foi a falta de padronização nas Janelas de Libras e nas Legendas no que se refere ao tamanho, velocidade e presença na comunicação. Um material que pudesse reunir diretrizes e promover acessibilidade na comunicação para pessoas surdas fez pensar em formatos como as cartilhas e os manuais. O primeiro traz um aspecto mais pedagógico e é, de acordo com Mendes (2015, p. 1), "uma publicação de formato pequeno, de poucas páginas e de distribuição gratuita, criada com o propósito de informar públicos pouco habituados à leitura sobre assuntos de interesse social". Excluindo a descrição do público-alvo, uma vez que aqui pretendo alcançar jornalistas e estudantes de jornalismo, e visando um dos objetivos de padronizar de forma positiva as práticas de acessibilidade, parece nos interessar mais o conceito de Bacelar et al (2009, p.1), ao citar cartilha como "qualquer compilação elementar que preceitua um padrão de comportamento por meio de ilustrações".

A história das cartilhas por vezes se funde com a história da alfabetização no Brasil, pelo uso do formato principalmente no campo educacional. No século XIX, as primeiras a serem utilizadas eram importadas de Portugal e somente a partir do século seguinte que começaram a surgir cartilhas brasileiras.

Dois pontos são comumente mencionados ao se explicar a criação de cartilhas: o foco e a linguagem. Ela precisa ser focada em um tema específico e ter "uma linguagem simples, ser sucinta, introduzir termos técnicos e ser adequada ao nível técnico dos leitores" (BACELAR et. al., 2009, p.2).

Retomando a explicação de Mendes (2015), traz uma comparação com um segundo formato, também conhecido no campo educativo: os manuais. De acordo com o autor, ambos os modelos têm poucas páginas e distribuição gratuita, são apoiados na imagem, mas os manuais já agregam um público interessado no tema, seja de forma pessoal ou profissional.

Castro e Júnior (2014), idealizadores da *Cartilha para Pacientes Vítimas de Queimaduras*, são profissionais da saúde de Fortaleza e tanto o material desenvolvido por eles como o processo de produção servirão de inspiração para contextualizar este tópico do trabalho. Ao tratar de materiais educativos, os autores citam algumas especificações: "ele deve ser atrativo, acessível e claro, significativo, aderente à realidade do leitor e apresentar

vocabulário coerente com a mensagem e com o público-alvo (p.104)". Além de manter claro o objetivo que se pretende alcançar, que vão definir o tipo de linguagem e abordagem adotadas. A cartilha desenvolvida, e aqui observada, contou com três fases: o diagnóstico, que teve a coleta de sentimentos e dúvidas dos pacientes do Centro de Tratamento de Queimados (CTQ). A segunda fase, levantamento na literatura, foi a reunião de materiais para compor a cartilha e por fim, a última fase, foi a confecção da cartilha.

Castro e Júnior (2014) seguiram os critérios da linguagem (priorizando listas curtas, explicando conceitos e ideias, palavras curtas e os benefícios ao se seguir aquelas orientações), ilustrações (imagens que ajudam a explicar as ideias, boa qualidade e alta definição, uso de símbolos familiares ao público), *layout* e *design* (uso de uma fonte grande e que não fossem estilizadas, uso do contraste). Uma quarta fase foi inserida no processo, a de apresentação e validação aos peritos, que eram profissionais que também atuavam na área e pacientes do CTQ. A visão deles, o que pode ser uma ideia para a confecção de cartilhas, traz a percepção de quem vai utilizar o material, além de um olhar de fora da produção, que permite observar situações que os autores não conseguiram.

Com a experiência dos dois autores e sua cartilha sobre saúde, podemos trazer a concepção da cartilha como um subsídio que pode ser revisitado e tentar instruir um processo. Para isso, recorre-se a ilustrações, perguntas e respostas, listas e simplificação de termos e ideias. Para o material que aqui foi desenvolvido, o contato inicial com jornalistas para entender como eles promovem acessibilidade (ver próximo capítulo), quais esforços são feitos, quais desafios e no final obter uma validação por quem vai utilizar esse material, parecem ser dois ensinamentos importantes. Os autores ainda trazem ao final da discussão, o fato de materiais de conhecimento, como as cartilhas, estarem em constante atualizações. As versões mais novas trazem o que mudou e o que foi aperfeiçoado desde a versão anterior.

## 2.2. Manual

De acordo com o Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa<sup>5</sup>, manual é um "livro que oferece orientação para a execução ou o aperfeiçoamento de determinada atividade; guia prático". Quando se fala em manual, principalmente de redação, existem aqueles que pensam como um guia, um material de teor instrutivo e outros que o veem como uma camisa de forças. Olhando pelo lado da unificação e guia, o material conseguiria chegar àqueles

---

<sup>5</sup> Significado da palavra manual, Dicionário online Michaelis. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/manual>>

produtores que estão preocupados com a acessibilidade, mas não sabem qual o melhor formato ou por onde começar.

De acordo com Bronosky (2008), um primeiro esboço de manual de redação da imprensa brasileira foi elaborado em 1929 por Gilberto Freyre; são as regras de redação do jornal *A Província de Pernambuco*. A lista de orientações do fazer jornalístico diziam de uma produção acessível para os mais diversos públicos em questão de língua portuguesa. Mas foi somente em 1953 que surge uma versão mais parecida com os manuais que temos hoje, o conjunto de orientações criado para o *Diário Carioca*. Desde então, tornou-se cada vez mais comum que veículos de comunicação criem seus próprios manuais com orientações ortográficas, de tratamento de determinados temas, de perfil editorial, entre outros temas.

Bronosky (2008) continua com um passeio histórico dos frutos inspirados por essas primeiras versões de manuais. O da *Tribuna da Imprensa*, os da *Folha de S. Paulo* e os cadernos do *Jornal do Brasil*. Eles tiveram uma forte influência das mudanças que o jornalismo sofria na época, por exemplo a necessidade de se veicular anúncios e adaptar os textos para um espaço específico dentro da hierarquia dos jornais impressos. Bronosky elucida a influência estadunidense na construção das primeiras normas para o fazer jornalístico brasileiro, na época. Parte dos idealizadores destes materiais vinha de experiências com a imprensa do exterior, que foram aproveitadas nestes manuais. O autor comenta a percepção que surgiu a partir da criação dos *Cadernos de Comunicação e Jornalismo do Jornal do Brasil*. Houve certo esforço dentro do jornal no sentido de compreender que a produção jornalística seria “o resultado de critérios técnicos previamente definidos e refletidos, ao contrário dos subjetivismos e impressionismos que existiam” (BRONOSKY, 2008, p.38). Ele comprova ainda que desde os primeiros movimentos de construção de manuais, já existiam profissionais que os consideravam imposições e limitadores da liberdade do jornalista.

Lopes (2014, p. 12) ao estudar manuais, menciona a potência deste formato: “O usuário está frente a um material pensado como instrumento de aprendizagem sobre o qual poderia agir livremente, adquirindo, assim, conhecimentos e transformando sua realidade”. Transformação essa que, segundo Bonixe (2017, p. 3), pode criar novos imaginários em torno do que conhecemos por deficiência

Boa parte da representação que possuímos da deficiência e das pessoas com deficiência é construída a partir daquilo que os meios de comunicação difundem, sendo por isso desejável que os media encontrem um discurso o mais próximo possível da realidade da pessoa com deficiência, evitando estereótipos e conceitos desajustados.

Mendes (2015, p. 2), traz uma comparação entre os dois formatos, manual e cartilha, no que diz respeito à técnica que está ligada ao público e como capturá-lo.

No caso dos manuais, a atenção do leitor não precisa ser capturada e a técnica narrativa é simplesmente objetiva ou didática. Cartilhas, por outro lado, são destinadas a públicos mais heterogêneos, que não buscaram voluntariamente a publicação e devem ser convencidos, após a leitura e um tanto de reflexão, a aprimorar seu comportamento ou a adotar determinadas práticas.

A intenção da captura não está apenas voltada para o nosso público em específico, se relaciona com a tendência que os manuais têm de se expandirem para fora das redações jornalísticas. O que foi comprovado com manuais de redação como o da *Folha de S. Paulo*, que é adquirido também por pessoas interessadas em aprimorar a escrita e conhecer o que há por trás do texto jornalístico.

O *Estadão*<sup>6</sup>, além do manual impresso que tem cerca de 500 mil exemplares vendidos no país, disponibiliza seus conteúdos na internet. O documento está dividido em nove seções nomeadas: texto de jornal, instruções, dúvidas+, crase, erros comuns, pronúncia, vocabulário+ e unidades. Em cada uma destas subpáginas, é possível ter acesso aos conteúdos de forma resumida e muitas vezes em formato de tópicos, o que parece cumprir a demanda de leitura rápida e direcionada da internet. Por exemplo, na página "Erros comuns" são listados 100 erros de gramática e ortografia considerados mais comuns. A lista traz os termos, como são usados e como devem ser usados. Considerando que a versão impressa tem 400 páginas e a versão online está dividida nestes nove tópicos com textos curtos, a versão parece sanar a curiosidade e instruir públicos para além das redações.

Quanto ao formato impresso, Bronosky (2008) observa como um prenúncio do local para onde eles foram feitos: as redações. Por serem livros feitos com materiais resistentes e rigorosa organização interna, parece dizer de um material manipulado intensamente. Ele, ao entrevistar jornalistas quanto ao uso de manuais, percebeu em quais situações eles são mais procurados, dando pistas de quais conteúdos são interessantes. Um repórter do *Diário dos Campos*, afirma que utiliza o Manual "em casos de dúvidas, mesmo, na questão gramatical, no emprego de algum termo, alguma forma de escrever, o uso de alguma expressão", outro repórter do mesmo veículo afirma que "no dia a dia escrevem-se matérias mais objetivas, mais factuais, uma coisa mais direta, neste caso eu tenho o manual como referência".

Outro ponto importante é quanto a atualidade dos manuais, sendo necessário perceber como o jornalismo vem mudando ao longo do tempo, acompanhado pelas mudanças do

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/manualredacao/>>

mundo. Vários manuais ganharam outras versões, retirando normas que já se fizeram ultrapassadas e incluindo novos modos de fazer principalmente com as demandas da popularização da internet.

### **2.3. Libras x Português**

Ao colocar a Libras e a Língua Portuguesa em um grau de comparação, é possível entender uma curiosidade e a quebra de um mito sobre ela. Libras é a sigla para Língua Brasileira de Sinais, que não é uma linguagem. A diferenciação vem da linguagem ser qualquer maneira de se comunicar (música, arte, pintura, placas) e língua ser um tipo de comunicação de um grupo específico. A comunidade surda faz existir a Libras enquanto língua. Enquanto o português é uma língua oral-auditiva, a Libras é uma língua visual-espacial.

A ordem dos termos também é algo que deve ser destacado, enquanto em português nós temos sujeito>verbo>objeto, em Libras temos sujeito>predicado>verbo. Os verbos em Libras vêm sempre no infinitivo e as histórias sempre contadas em sentenças curtas.

De acordo com a Federação Mundial dos Surdos, 80% dos surdos de todo o mundo têm baixo conhecimento ou são analfabetos nas línguas escritas. Uma das grandes dificuldades da comunidade surda talvez seja o fato de a língua oral ser aprendida através da repetição de palavras faladas, que ouvimos dos nossos professores como deve ser falada.

Levando-se em consideração a diferença entre as duas línguas e a coexistência destes dois públicos, podemos pensar em transformações no jornalismo como: uma linguagem mais rebuscada não é tão viável, um lead simples tende a ajudar, buscar imagens que falem por si, mas que não sejam meramente ilustrativas e a preocupação de falar com diferentes públicos sem desdenhar de um e ser muito didático com outro.

Quando falamos de duas línguas diferentes a figura de uma ponte, ou de um tradutor, surge como uma necessidade para evitar perdas comunicativas. No caso de Libras, as primeiras atividades de tradução e interpretação eram voluntárias e surgiram no contexto da luta por direitos das pessoas surdas. Em uma sociedade ouvinte, era necessária uma ponte para comunicação. As primeiras atividades foram notadas em 1980, no meio religioso. Sem escolas para a profissão, se sobressaía quem tinha convívio com algum surdo, seja na família ou no grupo de amigos.

Em dezembro de 2005, a legislação brasileira, através do Decreto 5.626 sinalizou o ensino de Libras enquanto disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia. Se tornando optativa para os demais cursos de ensino superior

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (BRASIL, 2005).

Estando a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), de onde parte essa pesquisa, no estado de Minas Gerais, decidi observar como o ensino de Libras estava sendo tratado ao redor da instituição de origem deste projeto. Considerando que o curso de Jornalismo não se enquadra, na lei, entre os cursos em que a Libras é obrigatório, observamos a carga horária e o nome que é dado a este componente curricular. As buscas foram realizadas a partir do site das instituições de ensino superior públicas e mineiras, procurando pela matriz curricular do curso de jornalismo.

Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o curso de Jornalismo tem como optativa a disciplina Fundamentos de Libras, com previsão de 60 horas. O curso de Comunicação Social com habilitação para Jornalismo também. A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) prevê a disciplina Língua Brasileira de Sinais - Libras I como optativa também de 60 horas, para o seu curso de Jornalismo. A Universidade Federal de Viçosa (UFV) tem a disciplina LIBRAS Língua Brasileira de Sinais com carga horária de 45 horas como uma das optativas. A UFOP insere no seu quadro de eletivas a disciplina Introdução a Libras com carga horária de 72 horas. A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) traz o seu quadro de obrigatórias, mas não foi possível encontrar pelo site, as eletivas/optativas. A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) oferece a disciplina Libras com carga horária de 72 horas no seu quadro de optativas em dois dos seus três cursos de jornalismo.

Dois desafios são postos quando falamos da disciplina de Libras: o primeiro é o tempo insuficiente para ensinar uma língua com todos os seus parâmetros em apenas 60 horas/aula, por exemplo. O que nos move a pensar que uma disciplina específica, com temas próprios de

cada curso, parece mais efetivo considerando o tempo das aulas. O segundo desafio, por outro lado, é levantado Rosa (2010), traz o debate sobre o comprometimento com essa língua e suas transformações possíveis

Ter a língua de sinais no currículo da universidade não gera uma mudança social somente por essa presença. Somente se os alunos entenderem e aceitarem a língua de sinais é que teremos uma modificação social. É o caso de alunos que já trabalham como professores e que já tiveram a experiência em sala de aula com um aluno surdo. Este graduando terá uma melhor receptividade da LIBRAS do que o aluno que nunca teve contato antes (ROSA, 2010, p. 315).

No entanto, Benedetto et. al. (2016) reforçam que o objetivo da disciplina não é formar intérpretes ou professores de Libras, mas de formar profissionais capazes de respeitar a língua natural dos surdos, e dessa forma entender suas demandas.

A pesquisadora Katie Ellis, ao ser entrevistada por Garcêz (2021, p. 5), tensiona o ensino dedicado aos estudantes de mídia

Precisamos co-projetar nossa pesquisa com a comunidade das pessoas com deficiência para garantir que estamos fazendo as perguntas para as quais eles desejam respostas. Também precisamos pensar sobre como estamos ensinando os estudantes de mídia e garantir que isso seja completamente acessível e inclusivo. Os futuros profissionais de mídia precisam se envolver com pessoas com deficiência e com questões da deficiência desde o começo da vida universitária.

Na prática, é preciso fazer uma diferenciação entre as profissões. O tradutor geralmente é a pessoa que traduz o que está escrito para Libras, enquanto o intérprete traduz o que é falado para a Língua Brasileira de Sinais. Para ambas as tarefas, é preciso ser fluente tanto na língua local (no Brasil, o português) como na língua de sinais do país (Libras).

O Projeto de Lei nº 4.673 de 2004 trouxe algumas exigências para a profissão de tradutor intérprete de Libras, entre elas deve-se ter curso superior de tradução e interpretação com habilitação em Libras e o certificado PROLIBRAS que era o exame nacional capaz de atestar a proficiência em Tradução e Interpretação de Libras. O certificado era importante para conhecer não só a língua, mas também a cultura surda, o contato com a Comunidade Surda, ele foi encerrado em 2015 uma vez que o projeto de lei previa dez anos de aplicação do exame.

A profissão do intérprete requer deste o comprometimento com o que é dito e em muitos casos o sigilo. O profissional precisa se desprender de si e entender a importância do serviço que presta, uma vez que a comunidade ouvinte ainda não consegue, sozinha, se

comunicar com as pessoas surdas. O Código de Ética, integrante do Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes (FENEIS), traz pontos interessantes:

1. O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confidente e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele;
2. O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo;
3. O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de sua responsabilidade;
9. O intérprete deve considerar os diversos níveis da Língua Brasileira de Sinais bem como da Língua Portuguesa.

É possível ainda, através da mescla das duas línguas, admitir sujeitos bilíngues que dominam a língua de sinais e a língua portuguesa, acessibilizando o encontro com conceitos e conhecimentos independentemente do idioma no qual estejam inseridos.

#### **2.4. Desenho universal**

Beilfuss e Bonito (2017) discorrem sobre um conceito que anda lado a lado com a cidadania almejada no jornalismo. O desenho universal foi visitado durante cada procedimento metodológico para a confecção deste produto experimental, trazendo não apenas a sua importância, mas também como deve ser utilizado pela comunicação.

O desenho universal é a forma de configurar produtos, meios de comunicação, serviços e arquitetura para serem usados por todas as pessoas, tentando evitar a necessidade de adaptações específicas para usuários específicos, mas produzir algo único visando a acessibilidade. A ideia tem abrangência em áreas como a psicologia, a comunicação e a educação, sendo conceituado como Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

Oliveira et. al. (2013) trazem um panorama histórico do surgimento do conceito

O Universal Design, traduzido no Brasil como desenho universal, surgiu nos Estados Unidos na década de 1990 no campo da arquitetura e áreas afins como consequência de mudanças sociais ocorridas ao longo do século vinte. As mudanças demográficas, na legislação, os movimentos por igualdade, o movimento pelo fim das barreiras (Barrier-free design), a evolução da Engenharia da Reabilitação e da Tecnologia Assistiva, mudanças econômicas e as mudanças no clima social proporcionaram como consequência inevitável o surgimento das ideias que fazem parte do escopo do conceito de desenho universal.

Oliveira et. al. (2013, *apud* HANNA, 2005; OSTROFF, 2001) explicam a origem do termo *Universal Design* a partir das demandas da época, lançando um olhar para outros tipos de usuários que não eram os considerados padrões. A origem do termo teve sua criação em meio a arquitetos, engenheiros e designers. Os autores citados anteriormente explicam que a chegada do conceito no Brasil trouxe um novo olhar para o desenho universal, chegando a pensar em públicos para além das pessoas com deficiência, como os idosos, por exemplo. O conceito, em terras brasileiras, também teve inspiração na arquitetura.

O conceito de desenho universal foi apresentado pela primeira vez no Brasil pelo arquiteto americano Edward Steinfeld, no VI Seminário Ibero-Americano de Acessibilidade ao Meio Físico, em 1994. Assim, a chegada desse conceito no Brasil ocorreu por meio de profissionais e acadêmicos interessados em questões relacionadas à acessibilidade OLIVEIRA ET. AL. (2013, P. 423).

Tem como pressupostos: o uso flexível, o uso simples e intuitivo, a informação de fácil percepção, a tolerância ao erro, o esforço físico mínimo e o dimensionamento de espaços para acesso e uso abrangente. Oliveira et. at. (2013) trazem um detalhamento de cada um destes princípios.

- 1) o uso equitativo, o qual propõe espaços, objetos e produtos que possam ser utilizados por usuários com capacidades diferentes, tenta fornecer uso idêntico ou equivalente para uma ampla gama de usuários;
- 2) o uso flexível, o qual pretende criar ambientes ou sistemas construtivos que permitam atender às diferentes demandas dos usuários considerando as habilidades e preferências e possibilitando a adaptabilidade, acomoda uma ampla variedade de preferências e habilidades individuais;
- 3) o uso simples e intuitivo, que visa eliminar a complexidade desnecessária e permitir a fácil compreensão e apreensão do espaço independente da experiência do usuário, de seu grau de conhecimento, habilidade de linguagem ou nível de concentração;
- 4) a informação de fácil percepção, que procura utilizar diferentes meios de comunicação, como símbolos, informações sonoras, táteis, entre outras, para comunicar eficazmente a informação necessária ao usuário;
- 5) a tolerância ao erro busca a segurança minimizando perigos de ações acidentais ou não intencionais, procura desencorajar ações acidentais em tarefas que requerem vigilância;
- 6) o esforço físico mínimo, o qual procura dimensionar elementos e equipamentos para que sejam utilizados de maneira eficiente e segura, confortável e com o mínimo de fadiga;
- 7) o dimensionamento de espaços para acesso e uso abrangente, que visa permitir o acesso e uso confortáveis para usuários, tanto sentados quanto em pé, independentemente do tamanho do corpo do usuário, possibilitando o alcance visual dos ambientes e produtos a todos, acomodando variações ergonômicas e oferecendo condições de

manuseio e contato para usuários com as mais variadas dificuldades de manipulação, toque e pegada.

Oliveira et. al. (2013, p.6) avaliam que uma das ferramentas possíveis de desenvolver criações à luz do desenho universal é o computador.

O uso do computador pode ser um grande aliado para os desenvolvedores de testes que procuram aplicar os princípios do desenho universal na construção de instrumentos mais acessíveis, uma vez que permite criar um ambiente que proporciona maiores possibilidades de variação, isto é, maior flexibilidade no uso, escolha de formatos, tamanhos de fontes, além do fato de que admite o acoplamento de tecnologias assistivas que venham complementar e potencializar o desenho universal.

De acordo com Távora (2022) o desenho universal deve estar presente nos projetos desde o início, em todas as etapas de construção. Deixando assim de pensar a acessibilidade já no final do produto. Para ela, em aplicação do conceito para o audiovisual, pode-se imaginar o uso da audiodescrição, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e audiolivro. De todas, duas não serão explicadas no decorrer deste trabalho. A audiodescrição que é o ato de descrever as imagens em forma de áudio, agregando assim, principalmente, o grupo de pessoas com deficiência visual; e o audiolivro que como o nome pronuncia, é um livro em formato de áudio.

## Capítulo 03 – Jornalismo e surdez

Além da televisão, o guia *Janelas de Acessibilidade* (<http://jdeaccessibilidade.wixsite.com/janelas>) vai lançar olhar sobre outros dois meios de comunicação bastante utilizados: os sites de notícias, que foram potencializados pelo alcance da internet, e as rádios, que ainda hoje predominam principalmente em cidades interioranas. Este último veículo será observado com mais atenção uma vez que se trata de um meio voltado para o som. Como se aproximar do público surdo, sendo de uma emissora de rádio? Tal presença traz a ideia de relacionamento como apresentado por Coletto, Martinez e Bonito (2017, p.2) ao citar Dominique Wolton que, de acordo com eles, “relata que se comunicar é mais complexo que informar, pois a comunicação requer relacionar-se com o outro”.

Siqueira e Souza (2016, p.6) confirma a ideia do jornalismo enquanto relacionamento e acrescenta o aspecto do reconhecimento, citando Barbero (2001):

Comunicar foi e continuará sendo algo muito mais difícil e amplo que informar, pois comunicar é tornar possível que homens reconheçam outros homens em duplo sentido: reconheçam seu direito a viver, a pensar diferente e reconheçam a si mesmos nessa diferença, ou seja, que estejam dispostos a lutar a todo momento pela defesa dos direitos dos outros, já que nesses mesmos direitos estão contidos os próprios.

A terceira e última fase do projeto, demandou o reconhecer e dar voz, a partir das entrevistas, ao público surdo. Entender como o jornalismo pode melhorar, como cada meio pode adotar medidas visando a acessibilidade. As entrevistas foram importantes tanto na primeira fase da pesquisa como um termômetro, como na segunda fase como um definidor de temas do site. Site que foi criado a partir de uma identidade visual e uma lógica de manter os pilares da conscientização e instrução de quem pudesse acessar o guia.

### 3.1. Procedimentos

A partir da junção das ideias de um manual com a instrução e o design das cartilhas, cheguei a um formato (site) que funciona como um guia, que pode ser visitado nos processos de produções jornalísticas. Ele tem um teor intervencionista na forma do fazer jornalístico, visando torná-lo mais acessível nas orientações que pretendo apresentar. Traços da pesquisa explicativa aparecem neste Memorial e em partes do site, pois a partir do tripé explicação-conscientização-ação o conhecer a história de luta da comunidade surda é parte do processo. Para isso, a construção desta pesquisa se deu em duas fases, que coincidiram com os

dois semestres letivos dispostos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso. Um pouco antes, no entanto, foi construído o anteprojeto de pesquisa com a ajuda dos pares que foram consultados numa coleta prévia de bibliografia. A busca dos pares se deu por uma preocupação em se manter uma certa coerência do que está sendo pesquisado atualmente e trazer dados mais atualizados.

A primeira etapa, durante o mês de março de 2022, consistiu na reunião de bibliografias através da ferramenta *Google Acadêmico* que resultou no acervo de 83 arquivos, de artigos à publicações em revista, referências de manuais e livros. Todo o material foi dividido em 20 pastas no *Google Drive*, que serviram para montar os primeiros tópicos deste memorial. A seguir, foram feitas as leituras e fichamentos destes materiais. Com a presença do orientador foram feitas as divisões dos temas e deu-se início a escrita do Memorial descritivo.

Entre os dias 25 e 30 de abril, foram feitas entrevistas exploratórias para buscar compreender modos de imersão na comunidade surda, seus interesses e demandas.

Na segunda etapa, a partir do mês de julho, foram realizadas entrevistas com intérpretes e surdos, para definir os conteúdos que fazem parte do site. As entrevistas foram estruturadas, considerando duas informações importantes: A primeira vem de um levantamento publicado pelo *Atlas da Notícia*<sup>7</sup> no dia 17 de fevereiro de 2020, indicando que o rádio é predominante quando falamos de iniciativas de jornalismo local. O segundo dado vem da Pesquisa Nacional de Saúde<sup>8</sup> realizada pelo IBGE em 2019, a primeira sobre língua de sinais no país, trazendo um fato importante sobre o público com deficiência auditiva. Da amostra observada, apenas 22,4% sabiam usar a Língua Brasileira de Sinais. Carecendo assim de mais informações sobre como viabilizar o acesso à informação para a comunidade surda, visto que Libras é o primeiro e mais eficaz meio quando pensamos em ferramentas que são utilizadas para tornar as produções mais acessíveis, como legendas e a audiodescrição.

Tendo em vista as fontes que consegui para as entrevistas, consegui falar com sete pessoas, sendo três surdos e quatro intérpretes de Libras. Ambos os perfis de entrevistados atuam no poder testemunhal do trabalho, visto que é um terreno que era totalmente desconhecido para mim.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.atlas.jor.br/>>

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/ibge-confirma-surdez-nao-e-sinonimo-de-libras/>>

De posse dessas informações, segui com a feitura do site, pensando identidade, formato e maneiras de divulgação. A organização do site foi feita na plataforma Wix, tendo um aporte de imagens dos editores de imagem gratuitos disponíveis na internet.

### 3.1.1. Experiências de tradução

Partindo dos conceitos de cartilha, manual e desenho universal, conseguimos passar pelos esforços da mídia para debater acessibilidade e gerar materiais formativos sobre o tema. De trabalhos como esse, gerados como *Trabalho de Conclusão de Curso*, à tema de podcasts, a mesma inquietação que surgiu aqui, está movimentando outros profissionais da Comunicação.

O site *Surdo e Notícia*<sup>9</sup> foi construído a partir de uma reportagem denominada "Acesso à informação para quem? Surdos enfrentam dificuldades para acompanhar notícias" e é um Trabalho de Conclusão de Curso feito pela jornalista Renata Ferreira, finalizado em 2019. O site conta com cinco eixos principais: Acesso à informação, com situações enfrentadas pela comunidade surda e algumas iniciativas. Em Desafios são evidenciados dados sobre a surdez e as dificuldades enfrentadas hoje pelos surdos. O tópico Janela de Libras explica como fazer essa inserção da melhor forma e alguns problemas do uso incorreto dessa ferramenta. Em Principais Fontes, alguns surdos expuseram quais os meios mais utilizados para a informação. E por fim, em Tecnologia, Renata fala sobre o *SignumWeb*, aplicativo que disponibiliza intérpretes de Libras para chamadas de vídeo que podem ser contactados para ajudar empresas, com valores tabelados por minutos.

A empresa de consultoria *Talento Incluir*, especializada em inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, lançou em 2019 o *Guia do Jornalismo Inclusivo*. Entre outros assuntos, o guia trata de dicas para a produção de materiais jornalísticos acessíveis e o uso correto dos termos, para evitar a vitimização.

O site *Jornal do Campus*<sup>10</sup>, produção de estudantes de Jornalismo da Universidade de São Paulo (USP), produziram um artigo, em 2020, focado em acessibilidade e inclusão. O material passa da explicação das diferentes formas de acessibilidade até um passo a passo do uso de descrição de imagem, legendas de vídeos e pensar a linguagem para que essa não exclua públicos. Além disso, o artigo suscita o debate sobre design inclusivo.

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.surdoenoticia.com.br/>>

<sup>10</sup>

Disponível

em:

<<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2020/11/como-fazer-comunicacao-acessivel-e-inclusiva/>>

O *Festival 3i*, evento voltado para a inovação e empreendedorismo no jornalismo digital realizado desde 2017, lançou em março de 2022 uma série de podcasts para jornalistas sobre cobertura de temas sensíveis. Um dos 15 episódios, intitulado "Como cobrir: Pessoas com Deficiência"<sup>11</sup>, produzido por Géssika Costa e Rodrigo Alves, tem pouco mais de cinco minutos. O material sonoro traz um contexto dos números da deficiência, os termos problemáticos e porque assim são, como fazer escolhas corretas na prática tendo em vista a variedade de formatos do jornalismo.

A *Biblioteca Virtual do Instituto Paradigma*<sup>12</sup> foi criada em 2016 e é um espaço que disponibiliza cartilhas, leis, artigos e outros materiais divididos nas categorias: acessibilidade, educação inclusiva, inclusão econômica, participação social e gestão pública. O site conta com ferramentas de acessibilidade e traz textos que passam por vários setores da sociedade, como por exemplo um artigo sobre acesso de pessoas com deficiência ao SUS ou um artigo sobre o que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência.

A iniciativa *Énois*<sup>13</sup> foi fundada em 2009 tendo como foco o público jovem, trabalhando com temas que impulsionam a diversidade e inclusão no jornalismo. Além do Guia criado pelo grupo, um artigo no site da *Énois* explica como fazer um jornalismo anticapacitista, passando de um apanhado numérico da deficiência no Brasil e dicas de como ser anticapacitista na prática. Por exemplo, trabalhando a escuta, a diversidade de fontes, a diversidade de verbos usados na linguagem e a busca por humanização.

O podcast *Vida de Jornalista*<sup>14</sup>, publicado em outubro de 2021, teve como tema "Diversidade e inclusão no jornalismo". Foram convidadas pessoas para falar sobre a diversidade nas redações, com pessoas com deficiência, pessoas negras, LGBTQIA+, fora dos grandes centros do Sudeste e indígenas. Em seus quase 60 minutos de áudio é possível encontrar iniciativas, como fazer, o que evitar e somos incomodados a pensar em quão plural é o jornalismo tendo em vista os vários perfis de pessoas da sociedade.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/0Ak07zw1r6uztW54NxrYbS?si=67c3886cbe06490c&nd=1>>

<sup>12</sup> Disponível em: <[https://iparadigma.org.br/bibliotecavirtual/?gclid=CjwKCAjw0dKXBhBPEiwA2bmObfpQWDvZ30SNFeMd4iSX11b\\_pE3aKgQo9FlrR3Tv6wiKj7PJg4-LhoCYdcQAvD\\_BwE](https://iparadigma.org.br/bibliotecavirtual/?gclid=CjwKCAjw0dKXBhBPEiwA2bmObfpQWDvZ30SNFeMd4iSX11b_pE3aKgQo9FlrR3Tv6wiKj7PJg4-LhoCYdcQAvD_BwE)>

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://enoisconteudo.com.br/por-uma-midia-anticapacitista>>

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://podcastvidadejornalista.medium.com/100-diversidade-e-inclus%C3%A3o-no-jornalismo-865e75bae3e9>>

A *Agência de Notícias dos Direitos da Infância* (ANDI) publicou em 2003 o dossiê<sup>15</sup> "Mídia e Deficiência" que em quase 190 páginas fazia uma passagem pelos conceitos, a história da inclusão, o desenho universal, a forma com a qual a mídia cobre temas relacionados à deficiência, artigos de pesquisadores sobre acessibilidade e mais do imaginário da deficiência.

### 3.1.2. Entrevistas

Nas duas etapas da pesquisa, recorri a entrevistas como procedimentos metodológicos. Na primeira etapa, as entrevistas foram exploratórias para alinhar o que estava sendo produzido ao que era esperado. Foram realizadas três conversas nas perspectivas produtor > docente/usuário > pesquisador. Levando-se em consideração como as experiências e as informações para cada uma dessas perspectivas foram relatadas pelos entrevistados.

Dois recursos foram utilizados para conseguir estes relatos. Aplicação de questionário e chamada na plataforma *Google Meet*. Os dois meios conseguiram suprir a demanda de acesso ao conteúdo posteriormente, pelo salvamento das respostas e pela gravação da chamada de vídeo. A chamada de vídeo, como um recurso que ascendeu durante a pandemia da COVID-19, trouxe a possibilidade de contato com pessoas de outros lugares físicos, os quais o entrevistador não poderia chegar. A escolha por um ou outro formato de contato se deu principalmente pela agenda das fontes e o grau de importância dos relatos que eles poderiam dispor.

Ao todo, dez pessoas colaboraram diretamente nessa fase de troca de experiências entre participações em formulários e chamadas de vídeo. Não foi estabelecido um número mínimo nem máximo de fontes, o objetivo era uma variedade de relatos e no maior número possível. Como essa fase se deu de forma simultânea à minha entrada na comunidade surda, cheguei até as fontes através de indicações dos próprios entrevistados e autores de textos que dão base ao trabalho.

Pensando na produção de conteúdo para pessoas surdas, e a partir da leitura de alguns textos sobre a temática, a primeira entrevistada foi a professora Regiane Lucas Garcêz, do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Em 2004, ela foi editora e apresentadora do *Jornal Visual*, transmitido pela *TV Rede Minas*, com matérias em formato de Libras e português falado. Na ocasião, a sua experiência com a

---

<sup>15</sup> Disponível em: <[https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Midia\\_e\\_deficiencia.pdf](https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Midia_e_deficiencia.pdf)>

produção do *Jornal Visual* foi explorada para imaginar um jornalismo gestado a partir do desenho universal desde a reunião de pauta, passando por colaboradores surdos na produção e chegando ao resultado final.

A conversa realizada no dia 26 de abril, teve o seguinte roteiro:

- Como era a rotina produtiva do *Jornal Visual*?
- Como eram pensadas as pautas?
- Como era a presença da comunidade surda nas produções?
- Qual o principal desafio na interpretação jornalística e para o audiovisual?
- Quais conteúdos a cartilha deve ter para atingir este nosso objetivo?
- Quais mudanças podemos imaginar no ensino de jornalismo para levar ao mercado jornalistas mais preocupados com a inclusão.

Regiane, que foi a segunda apresentadora do *Jornal Visual*, trouxe a experiência da interpretação no audiovisual e seus desafios como passar para Libras um termo que não tem sinal, perceber que nem sempre a Língua de Sinais vai acompanhar a velocidade da fala, entre outros. Ela menciona a importância de, enquanto produtores de conteúdo também para o público surdo, estarmos em meio à comunidade surda, para perceber pautas e interesses do grupo. A docente e pesquisadora trouxe a ideia do desenho universal como um princípio norteador das produções, imaginando a variedade de públicos que podem chegar até ele e precisam ter o acesso garantido. "Quando o desenho universal é princípio, a acessibilidade passa a ser princípio também", afirma. Além do relato com experiências vividas em campo, Regiane trouxe uma ampla bagagem de sugestões de autores, textos e potenciais entrevistados sobre o tema. O principal ensinamento da entrevista foi mostrar nossos trabalhos para o público que pretendemos alcançar, para receber comentários, fazer mudanças e ter efetividade.

Partindo da produção para o público, e a partir de indicações da professora Regiane Garcêz, a segunda entrevista foi realizada com Diogo Madeira, que é professor de Libras no Instituto Federal Sul-rio-grandense (Pelotas). Com ele, foram exploradas informações sobre os meios de comunicação que ele mais acessa, quais estão disponíveis na cidade/região que ele mora e como é a sua relação com os mais diversos meios (sites, telejornais, rádio...), partindo do seu ponto de vista enquanto surdo.

As perguntas enviadas foram:

- Qual tipo de linguagem você utiliza?
- Quais os meios de comunicação disponíveis na sua cidade/região?

- Quais os meios de comunicação que você mais acessa?
- Como é a sua relação com a informação jornalística?
- Poderia descrever a sua relação com telejornais?
- Poderia descrever a sua relação com sites?
- Poderia descrever a sua relação com conteúdo radiofônico?
- Pensando em uma cartilha que pudesse orientar jornalistas para produções mais acessíveis, quais conteúdos ela deveria ter?
- E pensando nos jornalistas e produtores de conteúdo que sejam surdos, qual formato essa cartilha deveria ser?

Diogo tem acesso à TV, rádio e internet, tendo um uso mais frequente ao último meio no qual ele tem uma relação especial com sites de notícias. O professor reforça a importância de tratar neste site-guia, os termos adequados para se dirigir aos surdos e a necessidade da janela de Libras e legendas. Para ele, é preciso valorizar a relação emissor-receptor, tratando como criar conteúdos adequados.

A terceira fonte contatada foi a professora Vanessa Souza, que é mestranda em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), pesquisando o recurso imagético como estratégia no ensino de português para surdos, como segunda língua. A indicação da Vanessa chegou a partir de uma professora do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ouro Preto, com quem compartilhei a ideia do projeto em 2020. A sua relação com a comunidade surda da região dos Inconfidentes e experiências em sala de aula foram diferenciais para tê-la como fonte. Ela participou via questionário, respondendo às perguntas:

- Como é a sua relação com a comunidade surda?
- A partir dessa relação, como você classificaria a relação dos surdos com a informação jornalística?
- Sobre a relação entre os surdos e a língua portuguesa, você imagina que é possível mudar a ordem de frases, interferir um pouco na língua portuguesa para tentar aproximar o público ouvinte e surdo?
- Pensando em uma cartilha que possa promover acessibilidade comunicacional para surdos, quais conteúdos você acha que deveria ter?
- Pensando no consumo desta cartilha por jornalistas surdos, em qual formato deveria ser?
- Você já participou da produção de algum material para surdos? Se sim, como foi?

Ela chama a atenção, a partir da sua experiência com a comunidade surda, que a maior parte dos surdos que têm acesso à informação jornalística são os mais escolarizados. Vanessa tece uma crítica ao jornalismo quanto ao desinteresse para cobrir pautas sobre e que interessam algumas minorias como a surda, como exemplo ela citou a edição desse ano da surdolimpíada que aconteceu no Brasil. Pouca divulgação foi feita e pouco foi pautado sobre o evento. A docente imagina que o guia tenha uma melhor acessibilidade se for construído no espaço virtual, uma vez que podemos inserir Libras como uma das possibilidades de acessá-lo. Ela deixou como sugestão apostar no visual, mas não como um complemento, de forma que imagem e texto possam falar igualmente.

A segunda etapa de entrevistas começou no mês de julho de 2022, quando foram estabelecidos os contatos com intérpretes e surdos. A participação dos intérpretes se deu de forma mista, por meio de um formulário criado no *Google Forms* que contou com o relato de três intérpretes e um quarto pode participar através de uma chamada de vídeo. Cheguei aos intérpretes a partir da indicação de amigos, quando publiquei um *Instagram Story* pedindo contatos de intérpretes que eles conhecessem, de qualquer lugar do Brasil.

Um dos nomes indicados e que teve disponibilidade para uma chamada de vídeo foi o professor Geysson Alexandre, que trabalha como intérprete desde 2007, sendo esta sua atividade secundária. A entrevista foi realizada no dia 27 de julho e teve a autorização dele para o uso do conteúdo. Outros três intérpretes participaram através do formulário que foi enviado em grupos do *Whatsapp* e *Facebook* com profissionais da área de outros estados do Brasil. Participaram a Maria Silva, que atua desde 2006 em igrejas, escolas, palestras e eventos como intérprete. Ainda a intérprete Simone Nunes, que atua na área desde 2010 e o Lívio Ramsés que tem a tradução como ocupação e atua desde 2018. Para todos, segui o mesmo roteiro de perguntas:

- Nome e idade
- Desde quando atua como intérprete?
- Ser intérprete é a sua ocupação ou uma atividade secundária?
- Quando o seu trabalho é mais solicitado?
- Qual o principal desafio da profissão hoje?
- Como você observa a relação da comunidade surda com os ouvintes?
- Como organizar um evento perfeito a nível de acessibilidade?

Os participantes relataram a predominância da busca de intérpretes por igrejas, escolas e em eventos. Houve o relato de desvalorização da profissão e a visão de uma proximidade maior dos ouvintes com a comunidade surda, por uma curiosidade em aprender Libras e depois tomar consciência da importância de ser bilíngue neste caso. Uma das principais perguntas deste questionário foi a última, que trouxe dicas importantes para jornalistas alocados em assessorias de comunicação, uma vez que traz dicas de como pensar a acessibilidade em eventos. A antecedência em contatar um intérprete, a escolha de um local que garanta a boa visualização deste profissional pelo surdo e a contratação de mais de um intérprete para eventos com longa duração foram algumas das orientações comentadas pelos profissionais.

Entre os dias 15 e 19 de agosto de 2022, foram realizadas as conversas com os surdos. Essa etapa demandou uma preparação pessoal que vinha se desenhando desde 2021, quando iniciei um curso de Libras online para estar preparado para as conversas sem depender da contratação de um intérprete. As conversas foram realizadas através do *Google Meet* por dois motivos: precisava de uma plataforma de chamada de vídeo e o *Whatsapp* estava interrompendo as chamadas devido ao não uso dos microfones, que a plataforma considerava como “falha no microfone” e também pela gravação de tela, disponível apenas no *Google Meet*.

A entrada na comunidade surda da minha cidade se deu através da conversa com alguns intérpretes da minha cidade natal, Campo Formoso (BA), que me passaram os contatos de alguns surdos. O principal fator de importância da conversa com os surdos de Campo Formoso foi o fato de o maior meio de comunicação da cidade ser uma rádio. O primeiro entrevistado, Luccas Romário, fez o processo de ponte e me conduziu para o segundo entrevistado, Valteir Rodrigues. A terceira entrevistada foi Clarissa Fernandes, professora de Libras do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) - Ouro Preto, que conheci enquanto fazia estágio naquela instituição. As três conversas seguiram um roteiro simples que deixava aberto para relatos, visto que o tema principal era receber o relato deles, a partir das indagações:

- Apresentação com nome, idade, ocupação e sinal
- Você é oralizado(a)?
- Quais os meios de comunicação que você mais acessa? São acessíveis?
- Quais os problemas que você vê no jornalismo?
- Você se sente representado(a)?
- As ferramentas que existem (legendas e janela de Libras), são boas? Se não, por quê?
- O que o jornalismo precisa ter, na sua opinião?

A primeira entrevista foi realizada no dia 16 de agosto, com o Lucas Romário, que trouxe um relato sobre empatia por parte dos jornalistas, uma vez que antes e algumas vezes até hoje, precisa ficar perguntando aos amigos do que o jornalista estava falando. O seu principal acesso de informações se dá através das redes sociais. O que parece com a experiência de Valteir Rodrigues, entrevistado no dia 18 de agosto, que comentou a sua preferência por consumir informações na internet e reforçou a necessidade do Jornalismo investir mais no lado visual. Em Campo Formoso ele diz encontrar uma sociedade esforçada para promover a acessibilidade, mas que coisas simples como a procura por serviços de saúde ainda são desafios.

A professora Clarissa Fernandes demarcou a unanimidade no consumo de informações através da internet, com foco no Instagram. Ela avalia positivamente ferramentas como a Janela de Libras e o recurso de Legendagem, tendo preferência pela última, uma vez que algumas Janelas de Libras apresentam uma interpretação mais lenta do que está sendo dito, relata ela. Um outro ponto levantado pela professora foi a falta de iniciativas em Libras na televisão, como os extintos *Jornal Visual* e *TV Ines*.

Ela foi entrevistada no dia 18 de agosto e infelizmente, duas semanas depois desse encontro, recebi a triste notícia do falecimento da professora Clarissa, vítima de um acidente de trânsito nas proximidades de Itabirito (MG).

Tanto as conversas da primeira etapa quanto desta última, tiveram a autorização dos participantes para uso do conteúdo que foi debatido, sendo possível, portanto, identificá-los. As últimas entrevistas, apesar de rápidas, foram de muito valor formativo quanto a entrevistar um surdo, através de uma plataforma de vídeo. As perguntas devem estar na cabeça, uma vez que entre o momento que você abaixa a cabeça pra ler e volta pra tela, algo pode ter sido dito pelo surdo e foi perdido. Em alguns momentos, as pessoas que eu estava entrevistando acenaram para a câmera como forma de chamar minha atenção, uma vez que eu estava com um bloco fazendo anotações e acompanhando as perguntas. Tal ação foi totalmente diferente da forma como estamos acostumados a entrevistar, com o entrevistado chamando o nosso olhar de volta através da fala.

No entanto, um problema da plataforma comprometeu parte das conversas. O *Google Meet* é uma plataforma que valoriza muito o áudio e isso ficou perceptível nas gravações. Como nem entrevistados e nem entrevistador estavam usando o microfone, as gravações de vídeo mostravam apenas a minha tela, que havia começado a gravar momentos antes dos entrevistados chegarem. Apenas a entrevista com a professora Clarissa mostrou a sua tela,

uma vez que ela estava com o microfone ligado e a televisão da casa dela estava ligada e permitiu que o *Google Meet* captasse o som e deixasse a tela dela durante toda a gravação. Todo o relato das demais entrevistas estavam nas anotações que eu pude fazer depois do encerramento das conversas.

A possibilidade de gravar as conversas, apesar dos problemas, seria importante para mim que não sou fluente em Libras. Em posse dos relatos, poderia voltar e assistir para acompanhar tudo e em caso de uma sinalização muito rápida poderia assistir o vídeo em uma velocidade mais baixa.

### 3.2. Descrição do produto

O formato escolhido para o Guia foi um site, caminhando para uma mescla das duas definições que trabalhamos acima: manual e cartilha. A intenção é que este material sirva de suporte para as produções jornalísticas, servindo para consultar, para tirar dúvidas, para checar o quão acessível aquela produção está para a comunidade surda. Se assemelhando a ferramentas como o site Sinônimos<sup>16</sup>, que é utilizado em produções e que está facilitado por ser um site, e, portanto, poder ser acessado de qualquer lugar e em qualquer momento. O que rompe as fronteiras de proximidade, chegando aonde um aparato físico talvez não chegaria.

O site foi criado na plataforma WIX, na sua versão gratuita. Além da facilidade de uso e variedade de ferramentas disponíveis, a plataforma é preocupada com a acessibilidade. Tendo em vista que em 2020, em pesquisa realizada pelo *Movimento Web para todos*<sup>17</sup> feita com pessoas com deficiência mostra que os sites brasileiros têm menos de 1% de recursos acessíveis, a nossa preocupação será de aproveitar cada recurso disponível. A plataforma WIX disponibiliza leitor de imagem, legenda alternativa, possibilidade de ativar o acesso com mouse, além de dispor de um Assistente de Acessibilidade que destaca a ausência das ferramentas usadas para acessibilizar o conteúdo (texto alternativo, contraste, entre outros pontos).

Saindo da primeira ideia que era de um manual impresso e migrando para a internet, os capítulos viraram janelas e os conteúdos estarão distribuídos nos temas: Surdez, Libras, Dicionário, Legendas, Rádio, Web, TV, Entrevistando, Os intérpretes, Ferramentas e Calendário.

Considerando a nossa imersão em uma cultura cada vez mais visual e guiadas muitas

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://www.sinonimos.com.br/>>

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://mwpt.com.br/>>

vezes por estímulos desse tipo, as cores e as galerias vão trazer a dinâmica na navegação do site e instigar o leitor, movimento que se assemelha ao uso do *Instagram Stories*. E observando uma tendência de leitura rápida e guiada, as janelas devem estar dispostas em formas de listas, para promover um trabalho mais visual.

Uma das fontes de inspiração para pensar a organização deste produto é o *Manual de Comunicação LGBTI+*, lançado em 2010 na *V Conferência Regional da ILGA-LAC*. O material traz, em suas mais de 100 páginas<sup>18</sup>, foi produzido pela *Aliança Nacional LGBTI* e pela *GayLatino*. Ao todo, ele foi dividido em 10 seções que trazem termos e comportamentos que devemos evitar, conquistas, datas para se pautar, símbolos, identidade entre outros pontos importantes deste universo. O uso de cores fortes, fontes que fazem contraste com o fundo, forma como dispuseram termos trazendo explicações e usos, nos serviu como referências. A forma como exploraram as identidades parece nos indicar pistas de como podemos expressar as identidades surdas, dentro da comunidade. O uso de negritos, infográficos e ícones, trouxe dinamicidade na leitura e reforçou o sentido de inspiração.

Um dos recursos interessantes trazidos pelo manual foi colocar uma parte de perguntas mais comuns e respostas. Em muitos aspectos, o *Manual de Comunicação LGBTI+* nos revela mais da identidade do nosso site, uma vez que a aproximação entre eles se dá principalmente de qual público falamos: de minorias. Ainda, o manual observado traz a mesma preocupação nossa, que é direcionar a mídia para o uso de termos corretos, pautas interessantes e discussões da representação. O acesso ao Guia está disponível no seguinte endereço: <http://jdeacessibilidade.wixsite.com/janelas>

### 3.2.1. Identidade visual e desenho editorial

O Guia está organizado em 20 janelas. Para atrair o público direto e dialogar com a temática principal, o título é *Janelas de Acessibilidade - Guia sobre a surdez para jornalistas ouvintes*. O nome do guia traz um pouco do nosso lugar frente ao que pretendemos chegar. Como pessoas que não vivem a surdez, a ideia é propor uma viagem de conhecimento a esse universo, como caminho para uma defesa posterior desse mesmo universo. Conhecer a comunidade surda para depois atuar na promoção do direito básico do acesso à informação. A ideia foi criar um site possível de “maratonar”, onde os visitantes podem clicar e passear pelas galerias, guiados pelas suas necessidades iniciais, os títulos das janelas. A janela representa o

---

<sup>18</sup>

Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>

símbolo de nos mover para o que está fora, ampliar o nosso horizonte de visão, que aqui é um horizonte ouvinte, do ponto de vista produtor e consumidor. O site tem oito fileiras com três ou quatro galerias cada, essas são as janelas. Cada imagem, de tamanho vertical na proporção 9:16, revela uma galeria de imagem ao ser clicada, trazendo uma narrativa onde em cada tela tem um item de uma lista de orientações. Este formato, se popularizou na internet nos últimos meses conhecido como *Webstories* que consiste em uma galeria informativa usada para fins jornalísticos ou não, que simula o formato *Stories* do *Instagram* e costuma trazer de forma simples e atraente uma informação, com recursos textuais e imagéticos.

O diferencial em relação aos outros formatos de manuais/guias já existentes é a possibilidade de uma navegação diferenciada e um foco maior na situação. Por exemplo, uma das galerias tem o nome "Vou fazer um podcast, e agora?". Nesse caso, não estamos focando em ferramentas de acessibilidade e uma delas vai servir para aplicar em um podcast, a nossa galeria já vai trazer um foco maior em produções sonoras. O jornalista vai acessar o site com uma dúvida e ela já será o nome de uma das nossas galerias, é a velocidade de ter a informação atrelada à facilidade da galeria em lista. A ordem das janelas foi pensada como uma estratégia de aprender sobre o tema, as primeiras falam sobre um contexto da surdez, passando por depoimentos e experiências e partindo para orientações na prática. Como já mencionado anteriormente, o formato, um site, vai pegar emprestado das cartilhas o aspecto visual chamativo para atrair leitores. Embora o público seja interessado em jornalismo ou produção de conteúdo, a ideia é que eles sejam atraídos, instruídos e então convencidos das práticas de acessibilidade comunicacional. As leituras prévias sobre manuais nos indicaram como dispor as orientações.

Quanto à identidade, foram escolhidas cores quentes que fazem um contraste com o branco da página, respiros estes que otimizam a navegação. Além das cores na sua tonalidade principal, em alguns momentos, como nas capas das janelas, foi usada a ferramenta de transparência, para valorizar a foto.



Figura 1: Paleta de cores do guia

Em relação ao conteúdo, o site tem janelas com os seguintes títulos:

- **O que é Libras?** - Essa janela traz o conceito de Libras, seu lugar como língua e principais diferenças com a Língua Portuguesa.
- **Entendendo a Surdez** - Essa janela traz o conceito de surdez, diferença entre surdez e deficiência auditiva, o conceito de cultura e comunidade surda e um passeio pelas identidades surdas.
- **O que faz um Intérprete de Libras?** - Essa janela explica o que faz um Intérprete de Libras, desafios, deveres éticos e um resumo com dicas do que fazer quando for organizar um evento, pensando na acessibilidade para surdos.
- **Um surdo me disse... (depoimentos)** - Essa janela traz trechos dos depoimentos que consegui nas entrevistas com os surdos.
- **Por que colocar legendas?** - Essa janela vai explicar a importância do recurso, o que inserir na hora de legendar manualmente e normas existentes para legendar.
- **O que é Janela de Libras?** - Essa janela explica o que é este recurso, como inserir corretamente incluindo os cuidados que devem ser tomados.
- **Como entrevistar um surdo?** - Essa janela traz, a partir da minha experiência, dicas de como entrevistar surdos, tendo em vista a preocupação de conversar com o surdo e como conduzir a entrevista de forma empática.
- **Vou fazer um vídeo, e agora?** - Essa janela se preocupa com orientações práticas para quem deseja criar um vídeo e torná-lo mais acessível para os surdos.
- **Vou fazer uma produção sonora, e agora?** - Essa janela se preocupa com orientações práticas para quem deseja criar alguma produção sonora como *podcasts* ou pílulas sonoras e torná-la mais acessível para os surdos.
- **Vou fazer um site, e agora?** - Essa janela se preocupa com orientações práticas para quem deseja criar um site e torná-lo mais acessível para os surdos.
- **Vou fazer uma publicação online, e agora?** - Essa janela se preocupa com orientações práticas para quem deseja criar conteúdo online, como uma matéria para um site, e torná-la mais acessível para os surdos.
- **Vou escrever um texto, e agora?** - Essa janela orienta os profissionais que pretendem tornar acessíveis seus textos em quaisquer plataformas.
- **Como trabalhar bem o visual?** - Essa janela traz orientações sobre o aspecto visual dos produtos jornalísticos, falando sobre formatos e uma semelhança com a Libras.

- **E os termos, quais são corretos?** - Essa janela se preocupa com orientações práticas para quem vai escrever ou falar sobre a surdez, dispondo os termos corretos, quais devemos evitar e porque não devem ser usados.
- **Como pautar bem a surdez?** - Essa janela, diferente da galeria seguinte, traz preocupações que os jornalistas devem ter na hora de pautar a surdez, para fugir dos estereótipos.
- **Datas importantes para os surdos!** - Essa janela traz uma relação de datas importantes para a comunidade surda e possíveis enquadramentos que podem ser dados para evitar reforçar estereótipos sobre o assunto.
- **Por que o Janelas de Acessibilidade?** - Essa janela explica a origem do novo e falar um pouco sobre o processo criativo do guia.
- **Acessibilidade nas redes sociais?** - Essa janela dá orientações para quem se interessa em acessibilizar seus conteúdos nas redes sociais.
- **Conheça mais ferramentas** - Essa janela traz uma lista de ferramentas que podem ser usadas para trazer mais acessibilidade em vários formatos informacionais.
- **Saiba mais** - Essa janela, a última, vai trazer uma relação de materiais que fazem parte da bibliografia deste trabalho.



Figura 2: Esboço do site

No processo de construção do site, a marca teve um papel importante ao pensar na presença de ícones e cores que fossem comuns às comunidades surda e ouvinte. O objetivo foi unir surdez, jornalismo e o formato do guia, que funcionam como palavras-chave para este trabalho. A primeira versão fazia uso da paleta de cores no título, do retângulo como indicativo do formato das janelas, e as mãos, em paralelo, desenhavam a forma de sinalizar a palavra acessibilidade em Libras, que é com as duas mãos em paralelo fazendo um movimento para frente e para trás.



Figura 3: Primeira versão da marca

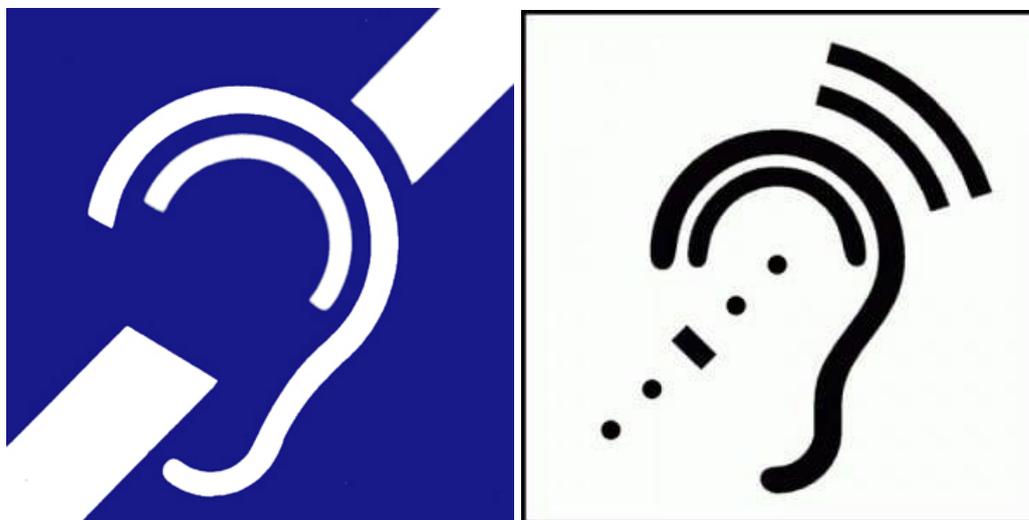
A segunda versão trouxe mais peso para o título e a presença do jornalismo com a página de jornal ocupando o lugar do retângulo amarelo. O ícone principal mudou de lado para reduzir os espaços vazios da logo.



Figura 4: Segunda versão da marca

A marca final do site tem a função de síntese e também de simbolização conceitual, uma vez que o retângulo amarelo representa o formato das janelas e junto com o retângulo

azul lembra a movimentação ao visualizar os conteúdos das mesmas. O ícone foi criado a partir do Símbolo Internacional da Surdez em sua segunda forma de aplicação.



Figuras 5 e 6: Aplicações do símbolo internacional da surdez

A partir deste símbolo e trazendo com o microfone a presença do jornalismo, a marca foi pensada como a voz da comunidade surda ecoando a partir do suporte da Comunicação.



Figura 7: Marcado site em sua aplicação completa



Figura 8: Aplicação resumida da marca

Ainda na disposição de conteúdos, na barra superior do site, o menu traz as páginas "O projeto", "Quem sou" e "Fale comigo". A primeira traz informações sobre o percurso que foi traçado para construir o site. A segunda traz uma breve apresentação minha e a última abriga um formulário para que os leitores possam entrar em contato e até mesmo ajudar na dinâmica do site, enviando sugestões de alterações, uma vez que vemos que materiais como os guias estão em constante atualização. As afirmações e orientações, disponíveis nas páginas, também vão contar com atualizações constantes quando as pesquisas na área caminharem para mudanças nesses "modos de fazer".

Na parte inferior do site está disponível o "Mapa do site" cuja função é direcionar os leitores que estão na parte de baixo do guia para os títulos disponíveis ao longo da página. Cada seção, que é título de uma Janela, conta com *hiperlink* para a galeria correspondente.

Uma das ideias para o período posterior à conclusão do TCC, é criar um perfil no *Instagram* para traduzir pílulas noticiosas, em formato de *reels*, de "notícias quentes" do cotidiano. O site trará uma página informando sobre o canal e servirá de complemento para o perfil no *Instagram*, trazendo a "iniciativa" e o como fazer também. O canal será aperfeiçoado com estudos sobre tradução, tendo como referência a *TV Ines* e o *Jornal Visual da Rede Minas*, que auxiliarão no aprimoramento dos conhecimentos de Libras e sua aplicação à linguagem jornalística.

Para dar forma às discussões, foram escolhidas duas fontes principais/ tipografia para o trabalho: *Gill Sans* e *Raleway*, que além da legibilidade, têm espessura que favorece a

formatação vertical do site e dinamicidade com as imagens que são capas das Janelas. Com elas, foi possível testar a ampliação da tela sem perdas significativas de leitura. A prática pode ser necessária para pessoas com baixa visão.

## Considerações finais

No ano em que a Língua Brasileira de Sinais completa 20 anos do seu reconhecimento a partir da lei número 10.436, o incômodo inicial da pesquisa continua atual no que tange à falta de iniciativas no Jornalismo visando o público surdo, chegando à esfera pública com a triste notícia da descontinuidade da *TV Ines*. A primeira WebTV bilíngue do país teve suas atividades paralisadas após nove anos de programação em Libras e com temáticas da surdez. Em contrapartida, o campo da pesquisa acadêmica tem demonstrado grande interesse por pesquisar e gerar produtos no campo da acessibilidade nos mais variados formatos, mas com este interesse comum. Uma grande parte, partindo da perspectiva ouvinte, preocupada com as experiências comunicativas dos surdos.

Partindo dessa perspectiva, o *Janelas de Acessibilidade* fez o mesmo movimento que se espera dos leitores do guia: conhecer o tema para depois defendê-lo. Tendo no processo metodológico leituras sobre o tema, entrevistas com especialistas e o próprio público surdo, foi possível entender a demanda e o nosso lugar de jornalistas ouvintes, que por não vivenciarem a surdez precisam dar voz aos surdos, que deverão ser agora priorizados nas nossas produções.

A experiência iniciada na disciplina Introdução à Libras, passando pelo curso da língua de sinais, a coleta e o consumo de bibliografia sobre o tema, as entrevistas e a feitura do site garantiu uma bagagem pessoal de conhecimento. Ao mesmo tempo que produzia para outros jornalistas, ampliava o meu conhecimento sobre a surdez e como poderia levar isso ao jornalismo. O que as leituras traziam como hipóteses e os pesquisadores afirmavam, foi constatado na prática ao identificar a falta de iniciativas jornalísticas para surdos, o que foi evidenciado pela professora Clarissa Fernandes. A docente, inclusive, será sempre lembrada pela sua presteza em ajudar esse trabalho com as suas dicas, todo o esforço para participar da entrevista e o meu “batismo” na comunidade surda quando ela me deu um sinal, ficarão marcados para sempre. Que de onde ela esteja, saiba da parcela de contribuição que ela deu para o sucesso deste trabalho.

Todo o percurso metodológico pode ser concluído com um evento alusivo ao dia do surdo, 26 de setembro, na minha cidade natal, com a participação em uma palestra de um protagonista surdo de Campo Formoso, BA. Na ocasião, pude perceber a ausência da imprensa em uma cobertura, a divulgação sem a devida antecedência por parte dos órgãos públicos que organizaram, o uso de termos inadequados pelos ouvintes ao se referir aos

surdos e as demandas trazidas por eles, por mais inclusão. Atitudes que parecem iniciais como a presença de um intérprete em um hospital, mas que são esquecidas evidenciando ainda mais a condição de minoria. E depois de meses de imersão no tema e encontros, pude perceber o tamanho do universo da surdez e como ainda sei pouco sobre o tema.

Dessa forma, de um perspectiva de jornalista ouvinte para outros jornalistas ouvintes, o site pretende demonstrar o por que esse tema é importante, partindo para o como fazer, admitindo-se sempre atualizações sobre o tema, por se tratar de um formato vivo como os manuais e cartilhas.

Espera-se que o assunto da surdez volte a ser mais comentado, assim como foi durante o auge da pandemia, pela presença dos intérpretes de Libras nas *lives*. Esse ano, com as eleições, a Janela de Libras volta a ficar mais evidente não só nas propagandas, mas também em debates e pronunciamentos dos candidatos. Além disso, o ano de 2022 marca a retomada das pesquisas do Censo que deveriam ter sido realizadas em 2020, cujos resultados devem atualizar os números da deficiência no país e evidenciar ainda mais a urgência por ações de garantia da acessibilidade comunicacional.

## Referências bibliográficas

ABNT. **Norma brasileira, ABNT NBR 15290**. Acessibilidade em comunicação na televisão. Nov. de 2005

ALMEIDA, Antonilde Santos; JÚNIOR, Javã Fonseca Sousa. Simpósio AT065. O ensino de libras e as dificuldades dos discentes ouvintes. **Anais do 7º Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa**, Porto de Galinhas, Ago. de 2019.

BACELAR, Betânia Maria Filha et al. **Metodologia para elaboração de cartilhas em projetos de educação ambiental em micro e pequenas empresas**. Recife: Jepex, 2009.

BATISTA, R. **Uma análise sobre as leis brasileiras que tratam da acessibilidade comunicacional para surdos**. Monografia (Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar) – Universidade Federal do Paraná. Matinhos, 2015.

BENETTI, Marcia. Jornalismo e imaginário: o lugar do universal. MARQUES, Ângela et al(org). **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

BONITO, Marco Antonio; DOS SANTOS, Larissa Conceição; BEILFUSS, Leticia. O jornalismo deficiente, sem acessibilidade comunicativa, nas práxis cotidianas do grupo RBS de Comunicação. **Anais 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2017/schedConf/presentations>>. Acesso em: 18 de out. de 2022.

BONITO, Marco; DOS SANTOS, Larissa Conceição. Repensar os processos e as práticas jornalísticas pela ótica da acessibilidade comunicativa. **Revista Alterjor**, v. 20, n. 2, p. 133-147, 2019.

BONIXE, Luís. Rádio e inclusão: uma análise de experiências de rádio para surdos em Portugal. **Media & Jornalismo**, v. 17, n. 31, p. 59-72, 2017.

BRASIL. **Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005**, que regulamenta a Lei no 10.436. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em 10 de mar. de 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)> Acesso em 05 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.606, de 07 de dezembro de 1978**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l6606.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.606%2C%20DE%207%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201978&text=Obriga%20as%20emissoras%20de%20televis%C3%A3o,menos%2C%20com%20legenda%20em%20portugu%C3%AAs.>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6606.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.606%2C%20DE%207%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201978&text=Obriga%20as%20emissoras%20de%20televis%C3%A3o,menos%2C%20com%20legenda%20em%20portugu%C3%AAs.>)> Acesso em 28 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 10 de dezembro de 2000.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm)> Acesso em 28 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm)> Acesso em 28 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)> Acesso em 28 out. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei 4.673-C de 2004.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/138278>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BRONOSKY, M. **(Quase) tudo sob controle: estratégias de apropriação de manuais de redação por jornalistas em periódicos diários.** Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2008.

COLETTO, Luciano; MARTINEZ, Gabriel Araujo Pujol; BONITO, Marco Antonio. Comunicação para todos: Como a falta de Acessibilidade Comunicativa gera incomunicação?. **Anais do 9º Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Santana do Livramento, 2017.

CORRÊA, Ygor et al. Aplicativos de tradução para Libras e a busca pela validade social da Tecnologia Assistiva. In: **XXV Simpósio Brasileiro de Informática na Educação** (SBIE 2014), 2014b, Dourados. Sociedade Brasileira de Computação SBC, p. 164-173.

CORRÊA, Ygor et al. Tecnologia Assistiva: a inserção de aplicativos de tradução na promoção de uma melhor comunicação entre surdos e ouvintes. **RENOTE**, v. 12, n. 1, 2014.

DI BENEDETTO, Laís dos Santos; SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya; DO NASCIMENTO, Danielle Aparecida. Disciplina de Libras na Graduação: O ensino de Libras e sobre a Libras. **Colloquium Humanarum**, vol. 13, n. Especial, Jul–Dez, 2016.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 583-597, 2005.

FARIA, Núbia Guimarães; SILVA, Daniel Carvalho. Legendas e janelas: questão de acessibilidade. 2016. **Revista Sinalizar**, v.1, n.1, p. 65-77, Jan-Jun, 2016.

FELIZARDO, Ana Carolina Gonçalves Lima; SCORALICK, Kelly. Um olhar pela inclusão: a experiência de jornalistas com deficiência. **Caderno de Estudos em Publicidade e Jornalismo**, v. 2, n. 1, 2020.

FENNER, Priscila. **5 fatos que você deveria saber sobre a comunidade surda.** HandTalk. Disponível em: <<https://blog.handtalk.me/5-fatos-comunidade-surda-libras>>. Acesso em: 18 de nov. de 2021.

GARCÊZ; Regiane Lucas. Entrevista com Katie Ellis. **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 15, pp. 38-43, 2021.

Disponível em: <<https://doi.org/10.22478/ufpb.27639398.2021v15n.61593>>. Acesso em 14. de set. de 2022.

GARCIA, B.G. O multiculturalismo na educação dos surdos: a resistência e a relevância da diversidade para a educação de surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidades da educação bilíngüe para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 149-162.

JÚNIOR, Ana Neile Pereira de Castro et al. Desenvolvimento e validação de cartilha para pacientes vítimas de queimaduras. **Revista Brasileira de Queimaduras**, v. 13, n. 2, p. 103-113, 2014.

LAPOLLI, Mariana; VANZIN, Tarcísio; ULBRICHT, Vania Ribas. Infografia na web para a inclusão digital de alunos surdos. **RENOTE**, v. 12, n. 1, 2014.

LIMA, BSCA et al. Análise do Surdo Diante a Comunicação Televisiva: Recorte Para o Closed Caption e Janela de LIBRAS. In: **XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, Fortaleza. 2017.

LOPES, Maraisa. Manuais de redação – de instrumento linguístico a gênero discursivo. **Anais do III COGITE-Colóquio sobre Gêneros & Textos**, p. 89-102. Teresina, 2014.

LOPES, P. **Jornalismo e linguagem jornalística: Revisão conceptual e base bibliográfica**. Lisboa, 2010.

MARQUES, Rafael Emil Korossy; VIANA, Flávia Roldan; ALVES, Jefferson Fernandes. A produção audiovisual no contexto da surdez: discutindo parâmetros e consultoria. **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 15, pp. 131-148, 2021.

Disponível em: <<https://doi.org/10.22478/ufpb.2763-9398.2021v15n.6001>>1. Acesso em: 20 mai. 2021.

MENDES, Miguel. Comunicação civilizadora: analogia entre as cartilhas de propaganda e os manuais de etiqueta. **Anais do 16º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**, Joinville, 2015. Disponível em: <<https://www.portalintercom.org.br/anais/sul2015/index.htm>>. Acesso em 03 abr. de 2022.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora: Melhoramentos Ltda. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>. Acesso em 05 dez. 2021.

NAVES, Sylvia Bahiense et al. **Guia para produções audiovisuais acessíveis**. Brasília: Ministério da Cultura/Secretaria do Audiovisual, p. 85, 2016.

OLIVEIRA, Cassandra Melo; NUERNBERG, Adriano Henrique; DA SILVA NUNES, Carlos Henrique Sancineto. Desenho universal e avaliação psicológica na perspectiva dos direitos humanos. **Avaliação Psicológica**, v. 12, n. 3, p. 421-428, 2013.

RODRIGUES, Cristiane Seimetz; VALENTE, Flávia. **Intérprete de libras**. Curitiba: IESDE Brasil SA, 2011.

ROSA, Emiliana Faria. O ensino da Língua Brasileira de Sinais na graduação. **Working Papers em Linguística**, v. 13, n. 3, p. 79-86, 2010.

ROSSI, R. A. A Libras como disciplina no ensino superior. **Revista de Educação**, v.13, n.15, p.71-85, 2010. Disponível em: <<http://sare.anhanguera.com/index.php/reduc/article/view/1687>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SCORALIK, K.. A representação das minorias marginalizadas no telejornalismo. In: **Revista de C. Humanas**, Vol. 9, Nº 2, p. 191-203, Jul./Dez. 2009

SCORALICK, Kelly. Mídia, cidadania, informação e direito à comunicação: a identidade dos deficientes nos telejornais. In: **XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. UFRJ. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <[http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/lista\\_area\\_DT07.htm](http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/lista_area_DT07.htm)> . Acesso em: 30 mai. 2022.

SILVA, João Paulo Ferreira; ROJAS, Angelina Accetta; TEIXEIRA, Gerlinde Agate Platais Brasil. Acessibilidade comunicacional aos surdos em ambientes culturais. **Conhecimento & Diversidade**, v. 7, n. 13, p. 103-115, 2015.

SILVA, Yéssica Lopes da. TV INES: o protagonismo surdo na produção de conteúdo audiovisual que promove informação, cultura e língua. Dissertação [Mestrado em Letras] – Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2018.

SILVA, Viviane; GOMES, Maria João; SOUZA, Ranniéry. Desenho Universal para Aprendizagem, Acessibilidade Web, Usabilidade no e-Learning e Usabilidade Pedagógica. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación, Extr.(13)**. Disponível em: <<http://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/view/2957>>. Acesso em 20 mar. de 2022, pp. 284-288.

SIQUEIRA, Jonara Medeiros. Um estudo sobre a educação de Surdos e a TV INES. UFCG. **III CINTEDI: Campina Grande**, 2018. Disponível em: <[http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO\\_EV110\\_MD1\\_SA7\\_ID122\\_21082018160001.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV110_MD1_SA7_ID122_21082018160001.pdf)> Acesso em: 12 jul. 2022.

SIQUEIRA, Jonara Medeiros; SOUZA, JB de. Jornalismo e acessibilidade: TV INES, primeira webtv acessível do Brasil. In: **XVIII Congresso das Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Caruaru, 2016. Disponível em: <<https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2016/resumos/R52-1460-1.pdf>>. Acesso em: 07 jul. de 2022.

SKLIAR, Carlos; QUADROS, Ronice. Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão: os ouvintes no mundo dos surdos. **Estilos da clínica**, v. 5, n. 9, p. 32-51, 2000.

SOUZA, Saulo Xavier de. Sentidos do outro lado: percepção da mensagem de notícias do telejornal local de TV aberta “Jornal do 10” por sujeitos surdos. **Revista Virtual de Cultura**

**Surda e Diversidade**, n. 5, dez. 2009. ISSN 1982-6842. Disponível em: <<http://www.editora-arara-azul.com.br/revista/02/compar2.php>>. Acesso em: 23 jun. 2022

TAKARA, Samilo. Democratização da Informação: a Ética na Ação Jornalística. **Revista Observatório**, Palmas, v.4, n.3, p. 726-758, Maio de 2018.

TAMAKI, Juliana; BONITO, Marco Antonio. Jornalismo Digital: A (falta de) Acessibilidade Comunicativa no Século XXI. **Anais do 9º Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 9, n. 2. Santana do Livramento, 2017. Disponível em: <[http://www.siepe.ufpr.br/2017/download/Livro\\_SIEPE\\_2017\\_Anais.pdf](http://www.siepe.ufpr.br/2017/download/Livro_SIEPE_2017_Anais.pdf)> . Acesso em: 20 mai. 2022.

VERNER, Afonso. **Valores-notícia e critérios de noticiabilidade na web**: a presença da audiência e a necessidade de uma (re) discussão teórica. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <[https://unisecal.edu.br/wpcontent/uploads/2019/08/PubliJor\\_Afonso\\_Verner.pdf](https://unisecal.edu.br/wpcontent/uploads/2019/08/PubliJor_Afonso_Verner.pdf)>. Acesso em: 19 mai. 2022

VIEIRA, Maria Izaete Inácio. Acessibilidade sem esforço para Surdos: janela de libras ou legenda? Uma análise dos instrumentos de acessibilidade para surdos usados no filme “o grão”. In: **Anais III Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa**. Florianópolis, 2012. Disponível em: <[https://www.congressotils.com.br/anais/anais/tils2012\\_metodologias\\_traducao\\_vieira.pdf](https://www.congressotils.com.br/anais/anais/tils2012_metodologias_traducao_vieira.pdf)> . Acesso em: 12 jun. 2022